



MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL

**DIAGNÓSTICO DA VARIAÇÃO PRODUTIVA E DEMOGRÁFICA DO  
ASSENTAMENTO SEIVAL – 1989 A 2014.**

Dissertação de Mestrado

ALCEU FRONCHETI

Cruz Alta - RS, 2014

ALCEU FRONCHETI

**DIAGNÓSTICO DA VARIAÇÃO PRODUTIVA E DEMOGRÁFICA DO  
ASSENTAMENTO SEIVAL – 1989 A 2014.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural, da Universidade de Cruz Alta, UNICRUZ, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Jana Koefender.

Cruz Alta - RS, 2014

F933d

Froncheti, Alceu.

Diagnóstico da variação produtiva e demográfica do assentamento seival – 1989 à 2014 / Alceu Froncheti. – 2014.

59 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Cruz Alta/UNICRUZ, Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jana Koefender.

1. Reforma agrária. 2. Assentamento. 3. Política Agrícola.

I. Koefender, Jana. II. Título.

CDU 633:338.43.02

Catálogo na fonte: Bibliotecária Samanta do Nascimento CRB-10/003



Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

**DIAGNÓSTICO DA VARIAÇÃO PRODUTIVA E DEMOGRÁFICA DO  
ASSENTAMENTO SEIVAL – 1989 A 2014.**

Elaborado por

**Alceu Froncheti**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Desenvolvimento Rural**

COMISSÃO EXAMINADORA:

---

Jana Koefender, Dra. (Orientadora)

---

Sandra B. V. Fernandes, Dra. UNIJUI

---

Diego Pacoal Golle, Pós-Dr. UNICRUZ

Cruz Alta-RS, 18 de dezembro de 2014

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, Pai Todo Poderoso, o qual está presente em nosso caminho como orientador e definidor do mesmo.

Agradeço aos meus pais in memoriam, Valdemar Manoel Fronchetti e Ana Olinda Dos Santos Fronchetti, que me deram a vida e me ensinaram a ser, acima de tudo, honesto, responsável, amigo e cidadão comprometido com as causas sociais.

Agradeço a minha família, minha esposa Ana Cláudia de Abreu Rocha, meus filhos Henrique e Heitor da Rocha Froncheti, os quais são os amores e a alegria da minha vida e que souberam me suportar nos dias em que o trabalho me trouxe irritações e mau humor, amo vocês.

Meu obrigado aos professores, pela amizade e pelos ensinamentos e informações repassadas, em especial a professora Jana Koefender, minha orientadora, a qual sempre esteve a disposição para tirar as dúvidas e direcionar o desenvolvimento do trabalho.

Meu agradecimento à empresa Sol a Sol Comercial Agrícola Ltda, pelo apoio, amizade e convívio no dia a dia.

Obrigado aos amigos, João Paulo Franco, Nataniel de Moura Froncheti, Renan Koling e Roberto Fagundes, os quais colaboraram na coleta dos dados e realização desta pesquisa.

Um agradecimento especial ao grande amigo, professor e companheiro de trabalho Jurandir Zamberlam, pelo apoio, orientação e desafios que sempre impôs, pois sem estes eu não teria a vida acadêmica e profissional que conquistei.

E por último, mas não menos importante, meu agradecimento e dedicação deste trabalho aos Assentados do Assentamento Seival, pois sem eles não haveria razão para realização deste trabalho, o qual, espero que sirva para orientação de ações futuras.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>13</b>
2.1 Objetivo geral.....	13
2.2 Objetivos específicos.....	13
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>14</b>
3.1 A raiz do problema fundiário no Brasil .....	14
3.2 A questão Agrária no Brasil .....	16
3.3 Aplicação Política e Social da Reforma Agrária.....	21
3.4 Os movimentos sociais pela posse e o uso da terra .....	27
3.4.1 Práticas agrícolas sustentáveis e degradadoras.....	28
3.5 Evolução da estrutura fundiária .....	30
3.6 A formação e evolução da estrutura fundiária no Município de Cruz Alta – RS .....	33
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>39</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>40</b>
5.1 Apresentação dos dados do diagnóstico. ....	40
5.2 Composição familiar e grau de instrução.....	40
5.3 Instalações na propriedade .....	42
5.3.1 Moradia.....	42
5.3.2 Saneamento básico .....	42
5.3.3 Chiqueiro .....	43
5.3.4 Estrebaria.....	43
5.3.5 Galpão.....	44
5.4 Equipamentos agrícolas e eletrodomésticos .....	44
5.4.1 Eletrodomésticos e equipamentos do lar .....	44

5.4.2 Equipamentos agrícolas e veículos .....	45
<b>5.5 Culturas anuais , horticultura e fruticultura. ....</b>	<b>46</b>
5.5.1 Produção agrícola - culturas anuais .....	46
5.5.2 Horticultura e fruticultura.....	47
<b>5.6 Pecuária .....</b>	<b>49</b>
<b>6 DISCUSSÃO GERAL .....</b>	<b>50</b>
<b>7 CONCLUSÕES.....</b>	<b>52</b>
<b>8 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Nível de instrução das pessoas residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014 .....	41
Tabela 2: Número e características das moradias no Assentamento Seival, Cruz Alta, RS. 2014 .....	42
Tabela 3: Acesso à água encanada e saneamento no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014 .....	43
Tabela 4: Chiqueiro – Número de instalações e tipo, área e situação em % .....	43
Tabela 5: Número, tipo de infra estrutura, área (m <sup>2</sup> ) e situação de estrebarias localizadas no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014 .....	44
Tabela 6: Número, tipo, área (m <sup>2</sup> ) e situação (%) dos galpões localizados no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014.....	44
Tabela 7: Número de eletrodomésticos e equipamentos pertencentes as famílias residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014 .....	45
Tabela 8: Equipamentos agrícolas pertencentes as famílias residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014.....	46
Tabela 9: Produção agrícola referentes as famílias residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014 (sacas de 60kg/ano).....	47
Tabela 10: Produção agrícola de culturas de subsistência das famílias residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014(kg/ano).....	47
Tabela 11: Produção de hortaliças (kg ou unidade/ano) das famílias residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014 .....	48
Tabela 12: Espécies frutíferas presentes no assentamento em número de plantas, 1989/2014. ....	48
Tabela 13: Produção de animais pertencentes as famílias residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014(número de cabeças).....	49



## LISTA DE SIGLAS

PIN	Programa de Integração Nacional
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PROVALE	Programa Especial para o Vale do São Francisco
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
MEB	Movimento de Educação de Base
CNBB	Confederação Nacional de Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
MST	Movimento dos Sem Terra
MP	Medida Provisória
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
FHC	Fernando Henrique Cardoso
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
SAMRIG	Moinhos Riograndenses
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

## RESUMO

### DIAGNÓSTICO DA VARIAÇÃO PRODUTIVA E DEMOGRÁFICA DO ASSENTAMENTO SEIVAL – 1989 A 2014.

Orientando: Alceu Froncheti

Orientadora: Dra. Jana Koefender

Este trabalho busca obter o entendimento de que a “Reforma Agrária” além de dirimir as desigualdades sociais gera aumento de produção e por consequência desenvolvimento dos municípios onde os assentamentos estão inseridos. Reforma Agrária não é apenas uma distribuição de terras improdutivas. Para discutir a questão da Reforma Agrária no Brasil é necessário levar em consideração não apenas os resultados econômicos e produtivos, mas sim toda a questão da inserção social ao mercado de trabalho e de consumo de grupos de pessoas excluídas do sistema. Na realidade existe uma “guerra” constante das classes dominadas para poder adquirir direitos que possam garantir a sua sobrevivência. Os assentamentos rurais estão inseridos num contexto agrário e de políticas agrícolas instáveis e em transformação. A pesquisa teve como objetivo apresentar um diagnóstico da evolução e desenvolvimento do assentamento Seival entre os anos de 1989 a 2014, localizado em Cruz Alta – RS, apresentando a variação da produção no assentamento, a situação das moradias e instalações, bem como a variação demográfica entre os anos de 1989 a 2014. Para a obtenção das informações foi realizado uma pesquisa no assentamento, fazendo assim um diagnóstico do momento atual do assentamento Seival. O acesso a terra dá início ao processo da construção da cidadania, delimitando espaços para a atenuação da exclusão social e da miséria que atingem a milhões de brasileiros, além de estabelecer as bases para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico para a região. Onde existia apenas um latifundiário, hoje famílias vivem num regime de autogestão de economia de subsistência e mercantil. Indiretamente a Reforma Agrária provoca modificações importantes na arrecadação do município onde está inserido, via o aumento da produção comercializada e principalmente através do consumo local. No diagnóstico verificou-se que as famílias assentadas apresentam melhorias nas condições socioeconômicas em decorrência da diversificação produtiva e do aumento da produção, permitindo assim o acesso a bens domésticos, equipamentos agrícolas e automóveis.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária. Capitalismo. Políticas Agrícolas. Assentamento. Economia.

## **ABSTRACT**

### **DIAGNOSIS OF VARIATION AND PRODUCTIVE NESTING POPULATION SEIVAL - 1989 A 2014.**

Orienting: Alceu Fronchetti

Supervisor: Dc. Jana Koefender

Agrarian reform is not just a distribution of unproductive land. To discuss the issue of Agrarian Reform in Brazil is necessary to consider not only the economic and productive results, but the whole issue of social inclusion in the labor and consumption of people excluded from the system groups market. The understanding that the "land reform" in addition to resolving social inequalities generate increased production and therefore development of cities where the settlements are inserted is important. There is a constant conflict of the dominated classes in order to acquire rights that can ensure their survival. The rural settlements are included in an agrarian context and unstable agricultural policies and changing. The research aimed to present an analysis of the evolution and development of Seival settlement between the years 1989 to 2014, located in Cruz Alta - RS, with the variation of production in the settlement, the situation of housing and facilities, as well as demographic change between the years 1989 to 2014. in order to obtain the information was carried out a survey in the settlement, thus making a diagnosis of the current time of Seival settlement. Access to land has initiated the construction of the citizenship process, delimiting spaces to mitigate social exclusion and poverty that affect millions of Brazilians, and lay the foundation for the establishment of a new socio-economic development model for the region. Where there was only one landowner, today families living in self-management of subsistence and market economy. Indirectly Agrarian Reform causes important changes in the city collection where it operates, via increased production and marketed primarily through local consumption. The diagnosis was verified that the settled families have improvements in socioeconomic conditions as a result of productive diversification and increased production, thus allowing access to household goods, farm equipment and cars.

Keywords: Land Reform. Capitalism. Agricultural policies. Settlement. Economy.

# 1 INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais estão inseridos num contexto agrário e de políticas agrícolas instáveis e em transformação. Nesse sentido é desafiador estudar a viabilidade econômica de assentamentos. Zamberlam (2001) destaca três correntes nessa questão: 1) a que nega a viabilidade econômica dos assentados, afirmando o caráter político da Reforma Agrária ou como programa de natureza eminentemente social; 2) a corrente com vertente no foco do custo de oportunidade, ou seja, de avaliar a renda total obtida nos assentamentos frente à oferta de emprego e renda que existiria como alternativa para os mesmos trabalhadores assentados fora dos assentamentos de Reforma Agrária; 3) a terceira corrente sugere comparar a economia dos assentamentos com a agricultura comercial capitalista, valendo-se de uma análise que relaciona as taxas de lucro e as taxas de retorno dos investimentos respectivos, seguindo o padrão tecnológico americano, o qual implica em níveis elevados de investimentos e de gastos de custeio, bem como área mínima relativamente grande.

Essa corrente, afirma Romero (1994); ignora a discriminação histórica imposta pela lógica do latifúndio e pelas políticas agrícolas governamentais, sobre a pequena propriedade familiar. Ignora ainda, a concepção absoluta da propriedade privada da terra, vendo-a como um mero ativo especulativo, além de defender a existência de um único padrão tecnológico competitivo de modernização, cuja escala mínima de operação é elevado.

Para analisar o diagnóstico de um assentamento, como é o caso do Assentamento Seival, é importante levar em consideração os dados do período de instalação. Num estudo realizado pela Fundação Universidade de Cruz Alta (1989) a fazenda que deu origem ao assentamento tinha, em 1988, apenas 200 cabeças de gado, 15 de suínos, 35 de aves e apenas 25 itens de eletrodomésticos. Em relação a produção agrícola, a fazenda produzia 10.000 sacas de grãos e possuía 20 pés de plantas frutíferas (Fundação Universidade de Cruz Alta (1989). Quanto ao perfil dos donos assentados, 16,08% das pessoas eram analfabetas, 21,68% eram apenas alfabetizadas e 53,85% possuíam o 1º grau incompleto, ou seja, o grau de instrução dos assentados era baixo. Das instalações, 97% das casas eram de madeira, sendo 80 % em estado regular e 10% em estado péssimo. Conforme o mesmo estudo apenas 6,3% das famílias possuíam água encanada, 75,8% das famílias realizavam a higiene corporal em bacias e nenhuma família possuía banheiro (privada) interno na casa.

Esses dados nos possibilitam uma análise sob duas frentes: a primeira, aponta a

evolução e o desenvolvimento do assentamento entre os anos de 1989 a 2014, considerando a situação das famílias e pessoas no momento da instalação do assentamento, a segunda, analisando o impacto social e produtivo com a implantação do assentamento em relação a fazenda que lhe deu origem.

O reflexo da evolução e desenvolvimento está alicerçado, conforme Furtado (2003), ao acesso à terra, que possibilita aquisição de bens duráveis e de consumo, permitindo assim o aumento no comércio, na expansão das indústrias e conseqüentemente no crescimento econômico. Comparando duas regiões com características distintas em relação à questão fundiária, a Ásia Oriental e América Latina, Alcantara (2010) mostra que o aumento de 1% no Índice Gini de terras, reduz em 0,7% o crescimento do PIB de uma região, sendo que a desigualdade na distribuição de terras interfere no crescimento econômico.

Neste sentido, busca-se neste trabalho apresentar o diagnóstico atual do Assentamento Seival, apresentando informações que possibilitem estabelecer um comparativo com a fazenda que deu origem ao assentamento e principalmente com a situação do Assentamento Seival no ano de sua instalação, em 1989.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Realizar um diagnóstico da evolução e desenvolvimento de Assentamento de Reforma Agrária entre os anos de 1989 a 2014.

### **2.2 Objetivos específicos**

- Analisar a variação da produção na área do assentamento entre os anos de 1989 a 2014;
- Identificar a atual situação das instalações e moradias existentes no Assentamento Seival;
- Informar a variação demográfica e o grau de instrução das famílias residentes no assentamento Seival entre os anos de 1989 a 2014;
- Fazer uma análise crítica das variações ocorridas no período estudado na infraestrutura e desenvolvimento do assentamento.

## **3 REVISÃO DE LITERATURA**

### **3.1 A raiz do problema fundiário no Brasil**

Para entender o tema desenvolvimento rural, precisa-se compreender os conceitos dos termos agrícola, agrário e fundiário. Questão agrícola, refere-se as questões ligadas à produção, à produtividade e aos processos técnicos; questão agrária, refere-se aos aspectos relacionados com a organização e o uso do espaço rural, às dinâmicas das populações no meio rural e entre este e o urbano, já a questão fundiária refere-se como a terra é apropriada e distribuída, quem tem quanto de terra, em que forma, trata das questões relacionadas à propriedade e a posse da terra (NETTO; MELO; MAIA, 2010).

As raízes dos problemas fundiários do Brasil contemporâneo são reflexos da construção histórica da formação da propriedade. Essa herança é oriunda da própria dinâmica de funcionamento da colônia e das leis vigentes nesse período, as quais introduziram as disparidades na distribuição de terras e, posteriormente, na concepção mercadológica da terra (FURTADO, 1989).

Até 1822, a Coroa Portuguesa adotou o regime de Sesmarias, concedia Capitâneas Hereditárias (SILVA, 1997) e o donatário passava a ter direito à posse da terra, embora não detivesse a propriedade. Porém podia partilhar sesmarias a terceiros cujo objetivo era ocupar o território e implantar monocultura exportadora. Em julho de 1822, foi extinto o regime sesmarial. Não houve, por quase trinta anos, a regulamentação de uma lei de legitimação de terras no Brasil. Até 1850 com a Lei de Terras, esse período ficou conhecido como o “Império de posses” ou “fase áurea do posseiro”, pois não havendo nenhum tipo de normatização e regulamentação de terras, a posse tornou-se a única forma de aquisição de terras. Paulatinamente, houve o aumento do número de posseiros, de grandes propriedades, assim como a formação das oligarquias rurais no Brasil. Por outro lado, essas posses não poderiam, conforme o cumprimento da norma vigente, ser legalizadas (SILVA, 1997).

A Lei 601/1850 legitima as sesmarias concedidas e implanta a demarcação das terras devolutas, o que atraiu a entrada de imigrantes ao Brasil, já que previa o fim do trabalho escravo, sendo necessária a transição para o trabalho livre. Essa transição deveria ser financiada pela venda de terras devolutas da Coroa. Assim, a Lei de Terras foi um divisor de águas em relação à territorialização do país, tanto na legitimação da propriedade privada e do latifúndio como na demarcação de terras devolutas distribuídas e vendidas aos nacionais e

imigrantes (SILVA, 1996).

No período subsequente, entre a proclamação da República em 1889 até 1964 (Estatuto da Terra), o problema da legitimação de posses foi posto em plano secundário. Esse fato fundamental estruturante, que ajuda a compreender a dificuldade de implantar uma distribuição de renda e de serviços sociais, igualitária e equitativa, incute-nos o sentimento ético e político da obrigação de compreender e atuar sobre as mediações desse processo no presente.

Nas décadas de 1950 e 1960, os anseios de setores das camadas populares se organizam buscando instrumentos legais para a desconcentração de terras. Tais anseios se inserem nas Reformas de Base do governo Goulart, interrompidos pelo longo período da ditadura militar (SILVA, 1997; MORISSAWA, 2001).

Em 30 de Novembro de 1964, no governo militar, foi instituída a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, a Lei nº 4504, conhecida como Estatuto da Terra. O Estatuto teve caráter inovador no que se refere aos conceitos de produtividade e do uso social da terra. O Estatuto passou a mensurar o minifúndio e o latifúndio através dos módulos fiscais, que variam de acordo com a região, a fim de caracterizá-las como produtivas ou improdutivas (BRASIL, 1964). Apesar do Estatuto da Terra permitir mudança na estrutura fundiária, possui dualidade entre a questão de distribuição da terra, representada pela Reforma Agrária e a modernização do campo, sobrepondo o caráter econômico ao social.

Essa divisão de conceitos visualizando o social e o econômico, favoreceu as propriedades maiores, pois nelas haviam oportunidades de modernização do campo e uma facilidade de acesso a crédito. Vendo por outro prisma, no aspecto da Reforma Agrária, pouco foi feito. A política dos governos militares reduziu a esporádicos projetos de colonização, principalmente na região amazônica (SILVA, 1997).

A estrutura fundiária é reconhecida pela maioria dos especialistas da área como desigual. Ela não sofreu alterações significativas durante o Império e mesmo com o advento da República. É possível elencar dois grupos de estudiosos que trataram do tema: os considerados autores “clássicos” (Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel), que se destacaram no debate até a década de 1960, e os contemporâneos, que escreveram após a década de 1970, com a intensificação da industrialização/urbanização da economia brasileira. As interpretações passaram a ser mais diversificadas e polarizadas, inclusive com alguns negando a existência de uma Questão Agrária no país e, portanto, não vendo a necessidade de uma Reforma Agrária (RAMOS;



SILVA, 2012).

Para Mera (2003) a problemática agrária ganha ênfase a partir da década de 1980, frente ao avanço da industrialização e da modernização da agricultura brasileira que opta pela transformação capitalista no campo. Na realidade, essa dicotomia, disparidade entre o mundo urbano e o rural surge, teoricamente, ainda na década de 1950. Segundo a autora, as contribuições geradas nesse período foram de dois acadêmicos: Caio Prado Junior e Ignácio Rangel. O primeiro tinha como ponto de análise a questão social e da classe trabalhadora. Já para o outro autor, a modificação na estrutura agrária no Brasil teve caráter mais econômico, ou seja, de inserção do setor agrícola no processo de industrialização.

A Constituição Federal de 1988, que poderia ser um marco na execução de políticas voltadas ao campo e à redução da concentração de terras no Brasil, não obteve nenhuma inovação em relação à Lei 4.504. Pode-se dizer até que houve retrocessos, pois a nova constituição acabou por legitimar o “latifúndio produtivo”, pois não regulamentou o artigo que previa a desapropriação de terras maiores que o limite máximo de módulos fiscais. Além disso, não foi realizada a atualização dos níveis de produtividade por módulo fiscal, assim, mantêm ainda os padrões editados em 1964 (STÉDILE, 2002).

Posteriormente, foram implementadas, apenas algumas medidas provisórias e emendas constitucionais, entretanto nada de relevância significativa em relação à transformação na estrutura fundiária brasileira.

Do ponto de vista legal e político, as ações voltadas à desconcentração de terras durante as décadas de 80 e 90 não apresentaram transformações consideráveis. Entretanto, no campo econômico, a expansão do agronegócio, fruto da globalização e reabertura econômica, muito contribuiu para a intensificação da concentração de terras e diminuição do número de estabelecimentos rurais (OLIVEIRA; et al., 2005).

Um dos reflexos desse histórico da formação da propriedade privada, concentração e utilização da terra refletem na atual situação em que se encontra a estrutura agrária brasileira (OLIVEIRA; et al., 2005).

### **3.2 A questão Agrária no Brasil**

O Brasil é um país que privilegia o latifúndio exportador de *commodities* desde os primórdios de seu estado colonial. Entender a “Reforma Agrária” como mera distribuição de

terra privada, adquirida pelo Estado de áreas dos grandes latifúndios consideradas improdutivas, é uma visão simplória, fruto do desconhecimento de todo o processo que envolve a “questão agrária” neste país. Afirmar, que a Reforma Agrária dependerá exclusivamente da vontade do agricultor de lutar para que seja efetivada é como dizer que se desconhece e desconsideram-se as várias relações sociais que estão envolvidas no sistema capitalista (VIA CAMPESINA, 2005).

Depois de décadas de árdua luta em favor da Reforma Agrária no Brasil, a mesma não alcançou mudanças significativas. A questão agrária no País sinaliza que a má distribuição de terras se deve ao favorecimento aos grandes latifúndios brasileiros que mantiveram práticas exploratórias com os trabalhadores rurais sob inúmeras formas de meeiros, parceiros e arrendatários (STÉDILE, 2005).

Como disse Fernando Henrique Cardoso, “a história da Reforma Agrária no Brasil é uma história de oportunidades perdidas” (BRASIL, 1997). Mesmo que o nome “Reforma Agrária” seja algo novo, o assunto em questão não é novo. Desde o Império, Joaquim Nabuco proclamou a necessidade da “democratizar/ dividindo a entrega do solo”, essa expressão corresponde ao que atualmente se chama de Reforma Agrária. Nabuco então retomava o tema do jornal “Progresso do Recife/1847”, discutido por Antonio Pedro de Figueiredo (POLINSKI; PINTO, 2009).

No caminho da luta pela Reforma Agrária muito governante abortou a ideia, trilhando outros caminhos, como foi a da Revolução de 1930 com o processo de industrialização e a definição dos direitos trabalhistas aos trabalhadores urbanos, deixando em segundo plano a questão agrária e optando pela colonização de novas fronteiras.

Conforme Polinski e Pinto (2009), depois que terminou a Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Brasil redemocratizou-se e o problema agrário começou, então, a ser considerado como problematizador do desenvolvimento do país. Até 1950, o debate sobre esta questão se restringia ao campo intelectual e político-partidário, embora os inúmeros conflitos agrários de então.

Na mesma década de 1950, teve início a utilização de uma linguagem comum ao fenômeno. Contudo, o avanço foi efetivo somente no início da década de 1950 e com uma efetiva participação popular. Surgiram inúmeras instituições que passaram a ter um papel importante como o Partido Comunista Brasileiro, que organizou grupos de trabalhadores rurais, parceiros, arrendatários. Unem-se diferentes frentes de conflito presentes no campo brasileiro através de uma linguagem comum. Apesar disso, o assunto conseguiu maior atenção só no início dos anos 60, com a participação popular. Isso aconteceu graças ao

crescente privilégio de pensar das ideias do Partido Comunista do Brasil, o qual foi o primeiro partido a organizar trabalhadores rurais, parceiros, arrendatários e outras categorias de pequenos produtores com o objetivo de reivindicar a Reforma Agrária (STÉDILE, 2002).

Há efetivamente um avanço no processo da Reforma Agrária que busca se tornar uma demanda concreta expressa pelas diferentes forças sociais que pouco a pouco foram se unificando nas diferentes regiões do Brasil, tendo, dessa forma, chamado maior atenção do governo por ser considerada imprescindível para o desenvolvimento econômico e social do país.

No período ditatorial, a questão Agrária e os movimentos sociais no campo eram tratados como choques entre fazendeiros e governo, e os sem-terra, que a população mais humilde e agressiva era influenciada por organizações de esquerda (POLINSKI; PINTO, 2009).

Em meados de 1970, a Reforma Agrária baseava-se em um modelo de colonização da Amazônia, incentivado pelos projetos agropecuários trazidos por incentivos fiscais que possuíam a intenção de “substituir” a Reforma Agrária. Dessa forma, o Governo Federal lançou muitos programas de desenvolvimento regional, um deles, é o Programa de Integração Nacional – PIN (1970); outro é o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA (1971); o Programa Especial para o Vale do São Francisco – PROVALE (1972); o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (1974); e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE (1974).

Ainda no regime militar, a Igreja Católica posiciona-se em relação à questão agrária. É criado o Movimento de Educação de Base (MEB), onde agentes pastorais e militantes passam a organizar sindicatos, alfabetizar a população e criar rádios comunitárias. Após o golpe militar no País esse trabalho ficou paralisado (SEMEVARO, 1994).

Em 1975, a Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que possuía como Bandeira oficial “Terra para quem nela trabalha”. A Comissão Pastoral da Terra buscava uma nova dinâmica de denúncias, resistência, fornecimento de espaço e infraestrutura para reuniões, combate aos sindicalistas pouco comprometidos com os interesses dos trabalhadores, reforçando o caráter político dos conflitos por terra (POLINSKI; PINTO, 2009). Ainda de acordo com os mesmos autores, no final dos anos 70 e início dos anos 80, a reforma agrária se redefinia. A batalha pela reforma se somava a uma luta pela redemocratização do país e contra a ditadura. A partir desse momento, apareciam grupos sociais de famílias que incluíam os sem-terra, remanescentes de

quilombos, indígenas e ribeirinhos que foram desapropriados por causa das barragens. Assim, houve uma divisão em três grupos sociais: Assalariados, Possesiros e Sem-terra.

Com o fim da fase mais repressiva do regime militar, os trabalhadores rurais buscavam por direitos trabalhistas que, mesmo existindo na lei, na verdade não eram cumpridos. Os trabalhadores/assalariados encontraram, além das dificuldades de mobilização e organização, a violência, que foi dramaticamente exposta pelo número de sindicalistas e líderes rurais assassinados.

Com relação aos posseiros, os conflitos foram intensos junto aos proprietários e os governantes por muitos motivos e de maneiras diferentes: desde ações de despejo até a decisão dos proprietários de se utilizar as áreas em questão para outros fins. Mesmo assim, essa situação dos posseiros foi a mais difícil, visto que eles não tinham nenhum amparo legal, dessa forma as possibilidades de defesa por conta de uma intervenção sindical a seu favor foram menores.

Os posseiros se autodenominaram “Sem-terra” no início da década 1980. Nesse contexto, não estariam incluídos os trabalhadores rurais, nem trabalhadores como os boias-frias e assalariados temporários. Os “sem-terra” eram muitas vezes divididos em duas classes: os trabalhadores privados das suas terras – resultados de construção de barragens nos grandes rios e que não receberam indenização – ou aqueles que eram despejados por estarem na condição de posseiros. A segunda classe era formada por agricultores sem-terra própria para trabalhar, aqueles que trabalhavam como meeiros, parceiros, pequenos arrendatários e filhos de pequenos agricultores que possuíam uma pequena gleba de terra cujas terras eram insuficientes para famílias maiores (POLINSKI; PINTO, 2009).

Os grupos sociais que se formaram nesse período, originaram-se de movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Conselho Nacional dos Seringueiros e por fim o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento atual de caráter nacional.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu em 1980 com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores rurais, da agricultura familiar e da promoção da Reforma Agrária, em contraposição ao modelo do Agronegócio (MST, 2006). Todo esse processo exerceu um papel fundamental para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), já que por ter um caráter religioso e penetração nacional, permitiu a aglutinação de sujeitos envolvidos na luta pela terra, dessa forma foi possibilitada a formação do MST (Movimento dos Sem Terra) um movimento de caráter nacional, amplo e unificado e não fragmentado. (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

Por conseguinte, até o início dos anos 90 a Reforma Agrária girava em torno do debate acerca do que eram terras improdutivas e das desapropriações, entendidas como eliminação dos latifundiários enquanto classe pela divisão das terras que eles controlavam. Neste período, a Política Agrária no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi baseada em três princípios: Assentamento de famílias sem-terra como política compensatória; Estadualização dos projetos de assentamento, descentralização das responsabilidades da União e Substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela implementação do mercado de terras, o qual não se desenvolveu por conta das oposições e fracassos por ele sofridos (BEM, 2006).

No intuito de reverter o crescente número de invasões de terra no período de 1995 a 1999, o Presidente FHC assinou uma medida provisória, MP nº 2.027-38 em Maio de 2000, onde determinava uma suspensão, que durariam dois anos, do processo de vistoria e desapropriação para fins de Reforma Agrária dos imóveis rurais que haviam sido invadidos. Segundo Honório (2003, p.6), a edição da MP 2027-38/2000 criou a concepção de “judicialização” e “criminalização” da “luta pela terra”. Assim a estrutura agrária implantada no país constrói uma história de desigualdade e injustiça social, onde negros, índios e mestiços não são favorecidos, ficando, deste modo, relegados ao descaso e sem garantias em relação à posse da terra.

Para Gaiovicz e Saquet(2003), a modernização da agricultura foi o último grande projeto para o desenvolvimento rural no país. Foram mais de 20 anos de investimentos públicos e privados envolvendo volumosas somas de créditos subsidiados e vinculados à compra de insumos, pesquisa e extensão rural, além de milionária campanha de propaganda e convencimento dos agricultores.

Segundo Moro Júnior (2006), as práticas neoliberais apontaram consequência insignificante para o desenvolvimento social, não havendo preocupações para investimentos nas áreas de saúde, distribuição de renda e desenvolvimento socioeconômico. Desenvolvimento e progresso, simulacros de governos, passaram a ser sinônimos de implantação das reformas neoliberais de enfoque exclusivamente financeiro e avanço material do capitalismo.

O Estado, incentivado pelo crescimento econômico oferecido pelo intenso processo de modernização agrícola e industrialização, passa a fazer seus investimentos nas áreas de infraestrutura oferecendo alternativas de aplicação do capital nacional e internacional no país. Nestas transações econômicas, o Estado deixa de se preocupar com os menos favorecidos, enfatizando o crescimento econômico, pois, através deste o desenvolvimento social seria uma consequência.

Nesta perspectiva, o uso de tanta modernização resultou em um grande contingente de trabalhadores assalariados e sem-terra, desprovidos da presença do Estado como possibilitador de alternativas de desenvolvimento. Muitos desses trabalhadores se organizam nos grupos de movimento sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que reivindicam o acesso à terra por meio da realização da Reforma Agrária.

Durante as décadas de 80 e 90, esses movimentos sociais rurais que buscavam políticas públicas que estavam direcionadas a esse desenvolvimento socioeconômico, dessa forma se ganha ímpeto tanto no campo assim como também na cidade. Essa questão Agrária, a qual garantiu o acesso a terra, tornou-se palavra de ordem na sociedade brasileira.

A Reforma Agrária começa, a partir de então, a obter mais espaço nas discussões políticas do país, com um grupo maior que apoiariam, por conseguinte surgiram os que eram contra. As discussões giravam em torno das reivindicações de vários movimentos sociais e, sobretudo dos inúmeros conflitos ocorridos no campo. A Reforma Agrária se tornaria uma forma de diminuir os problemas sociais ocasionados pela política agrária do país.

Na concepção de Stédile (2002), a tão falada Reforma Agrária cujo reordenamento era o da estrutura fundiária do país deveria ter em pauta “a valorização humana do trabalhador e o aumento da produção, mediante a utilização racional da propriedade agrícola e de técnica apropriada ao melhoramento da condição humana da população rural”.

Dividir e distribuir terras por si só, não é suficiente para o desenvolvimento da Reforma Agrária. A dificuldade maior para que o desenvolvimento da Reforma Agrária ocorra, está na falta de definição de políticas e programas agrícolas adequados.

### **3.3 Aplicação Política e Social da Reforma Agrária**

A aplicação da política na reforma agrária do Estado está baseada na desapropriação de todo latifúndio “improdutivo” que será, por sua vez, utilizado, em “projetos de assentamento” e também em seus programas de “créditos” entre outros. E, em essência: capitalizar latifundiários; disponibilizando aos latifundiários, na região desses “projetos de assentamentos”, toda essa força de trabalho farta e barata; atar o campesinato ao latifúndio através da dívida e ruína inevitável; despovoar as áreas rurais através da repressão sistemática do Estado (GEHLEN, 2014).

Conforme Stédile (2002), fica evidente que um dos maiores interessados na manutenção do latifúndio é o sistema financeiro internacional, ou seja, o governo. Da mesma forma fica estreitamente ligada a este setor, a burguesia rural, que possui grandes extensões de

terra que são utilizadas para a produção de soja, cana e gado, entre outros, conforme os latifúndios capitalistas que, por sua vez, têm como reserva não apenas todo o aparato técnico-científico do Estado (para aumentar a sua produtividade), como as grandes extensões de terra nas mãos do latifúndio improdutivo ou semifeudal para expandir a produção. Estes constituem a base da reação à democratização da propriedade da terra (LEITE, 1988).

O fundamento da política agrária do Estado foi a tentativa de perpetuar o sistema latifundiário. Com uma legislação bem desajeitada e fundada sobre preceitos da Velha República, essa burocracia do INCRA e de seus programas de “assistência social aos pobres” e também seu tão usado serviço secreto de informações na época exclusivamente voltado para policiar, perseguir e criminalizar o movimento em prol do camponês organizado.

Nos anos 50 e início dos 60, o “debate clássico” que tinha por objetivo a questão agrária brasileira fora na época marcado por muita controvérsia, nos tempos das Reformas de Base. Buscava-se que a sociedade brasileira, discutisse suas origens e características, também o seu futuro e soluções para a crise. As posições em conflito eram muitas e cobriam todo o espectro político, variando desde interpretações marxistas ortodoxas e estruturalistas até a posição conservadora e liberal, baseada na teoria econômica neoclássica.

Com o golpe militar em 1964, prevaleceu a última posição e o país passou por um longo tempo de ditadura. O debate foi sufocado e as organizações de trabalhadores foram reprimidas. A política agrícola implantada resultou na chamada “modernização conservadora”, com mudanças na base técnica e integração aos mercados internacionais.

A modernização capitalista trazida pelo Estado também trouxe um agravamento nas desigualdades da distribuição de terras, da renda e do poder. Por esse motivo houve também forte processo de expulsão da população rural da “área modernizada” para as cidades e para outras áreas rurais e generalização da violência e do conflito agrário. Os impactos ambientais negativos consequentes desse processo foram notáveis e diversificados.

Segundo Polinski e Pinto (2009), partir da segunda metade da década de 70, contrariando algumas hipóteses, o capital dominara as atividades econômicas no meio rural sem alteração da estrutura agrária. Naqueles tempos, muitos “decretaram” uma decadência da questão agrária e a inadequação da Reforma Agrária, prevendo o desaparecimento dos camponeses, que se transformariam em operários ou pequenos empresários, permanecendo até hoje essa linha de interpretação.

As implicações negativas do processo de modernização capitalista no campo, por si só, justificariam a volta da questão agrária ao debate nacional. Todavia, quem de fato o fez foram os sem-terra, que reivindicaram o acesso à terra e lutam por direitos sociais até os dias

atuais. Os camponeses se organizaram, por exemplo, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e confrontaram a estrutura agrária, colocando a questão agrária na pauta política nacional.

A prevalência desse modelo, na ausência de um projeto de nação e de controles públicos adequados, define a questão agrária atual. A nova questão agrária é caracterizada pelo forte agravamento dos velhos efeitos do avanço do capital em detrimento dos trabalhadores e camponeses. Além disso, tem o agravamento da exploração da mão de obra, várias situações de trabalho escravo, mortes por exaustão nos canaviais paulistas, redução do emprego agrícola, aumento da morbidade, prejuízo para a segurança alimentar, degradação das condições de saúde e ineficácia das políticas públicas (FERNANDES, 2010).

A Política Agrária oficial tem apenas cumprido o seu papel subalterno à política econômica, mostrando-se tímida e ineficaz para os sem-terra e assentados de Reforma Agrária. O Poder Judiciário não condiz e, em geral, pende para proteção dos mais ricos e poderosos, condenando os pobres e criminalizando suas lideranças.

A eleição presidencial do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, provocou uma grande expectativa “positiva” para a classe trabalhadora latino-americana em relação à realização de transformações sociais significativas, como a realização da Reforma Agrária. Mas, no decorrer do governo as propostas de mudanças sociais permaneceram apenas nas promessas de campanha e guardadas como lembranças do passado histórico de Lula e do PT. O governo do PT desenvolveu uma política de combate à pobreza, tendo como eixo central o programa Bolsa Família, com distribuição de renda à população mais pobre, a partir de uma política governamental compensatória (de atenuação da miséria do campo e da cidade), que não garantiu uma ampla geração de emprego e não eliminou as desigualdades sociais (FERNANDES, 2010).

Nesse contexto, ao analisarmos o Programa Agrário do PT de 1989, percebe-se que este propõe a realização da Reforma Agrária para eliminação da concentração da terra e desenvolvimento da agricultura e da economia:

“A Reforma Agrária é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Visa, (...), romper o monopólio da terra e lançar as bases de um padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira.” (Programa Agrário do PT, 1989, apud STÉDILE, 2005, p.181.) Já no Programa Agrário de Campanha de 2002, o PT passa a considerar a Reforma Agrária como uma política para o desenvolvimento rural, baseada em desapropriação de terras improdutivas; conciliada a produção de alimentos para combate a pobreza e a recuperação dos assentamentos, com infraestrutura social, econômica, assistência



técnica e créditos agrícolas (Programa Agrário da Campanha Presidencial do PT, 2002, apud STÉDILE, 2005)

Com isso, o foco do segundo programa agrário do PT se volta para o combate à pobreza e o desenvolvimento capitalista do campo principalmente, acompanhado de um programa básico de políticas públicas para estruturação de assentamentos consolidados e com a desapropriação de novas áreas em menor intensidade. Dentro do programa Fome Zero, a principal política do governo se volta para a soberania alimentar. Desta forma, a Reforma Agrária é considerada como uma das alternativas estruturantes para assegurar o direito à alimentação da população brasileira:

“O eixo central da nossa política de segurança alimentar está na conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, Reforma Agrária, entre outros” (FERNANDES, 2010).

O outro aspecto do programa contemplava as políticas compensatórias e emergenciais que acabaram se tornando o “carro chefe” do governo do PT, como a Bolsa Família, por exemplo. No entanto, mesmo com as limitações, caso o segundo programa agrário do governo Lula tivesse sido colocado em prática, talvez a Reforma Agrária e a agricultura familiar se tornassem políticas fundamentais para a garantia da soberania alimentar, erradicação da pobreza e geração de empregos, o que não se verificou na realidade. O que significa que as políticas agrícola e assistencialista estão determinadas pela política agrária, ou seja, não realização da Reforma Agrária ou destruição/partilha do grande latifúndio.

Ao compararmos os dois Programas Agrários do PT percebe-se algumas diferenças estruturais.

Em 1989, o objetivo central era enfrentar a concentração fundiária no país, a partir da desapropriação de latifúndios e uma política estrutural de desenvolvimento capitalista para o campo e a indústria. Passados 13 anos, em 2002, a Reforma Agrária passa a categoria de plano de desenvolvimento rural de combate à pobreza, mediante a desapropriação de latifúndios improdutivos ou áreas ilegais (griladas ou com trabalho escravo). Nesse cenário, a proposta de Reforma Agrária do PT substitui a democratização fundiária, de enfrentamento ao latifúndio, por um programa de criação de assentamentos, restrito a áreas improdutivas ou ilegais e a reestruturação de assentamentos antigos (FERNANDES, 2010).

Ao mesmo tempo, o governo Lula propõe a conciliação de dois projetos distintos de agricultura. De um lado, desenvolve uma política de fortalecimento da agricultura familiar e

criação de assentamentos para produção de alimentos ao programa Fome Zero; de outro, concede altos incentivos financeiros ao agronegócio, voltado para a exportação – na retórica do governo: “gerar divisas para o país”. Porém, à primeira vista pode-se observar que a conciliação desses dois projetos não seria possível visto que a Reforma Agrária não aconteceu e a agricultura familiar vinha perdendo espaço para a grande propriedade, com a monocultura e *commodities* agrícolas com o objetivo explícito para a exportação com incremento nos últimos anos.

Nesse contexto, mesmo sendo considerado um governo de “esquerda” ou “centro-esquerda”, principalmente no primeiro mandato, o governo Lula (PT), colocou o Estado a serviço dos grandes proprietários de terra. Conforme SAES (2001), integram a classe dominante brasileira, em contraposição a classe dominada, da qual fazem parte os trabalhadores, entre eles os movimentos sociais do campo.

Oliveira (2009) afirma que o governo Lula enterrou a Reforma Agrária nos dois mandatos, desenvolvendo uma política compensatória de assentamentos, diante da intensidade dos conflitos no campo e a pressão dos movimentos sociais de luta pela terra. Conforme dados divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre os dois mandatos de Lula(2003- 2008) , 519 mil famílias teriam sido assentadas. Enquanto que, nos oito anos (1995-2002) do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), segundo o INCRA, foram assentadas 524.380 famílias. (GONÇALVES, 2006).

Porém, se compararmos somente os dados a princípio, não se verifica grande diferença entre a política de Reforma Agrária do governo de FHC e Lula. Entretanto, é importante salientar que o governo FHC desenvolveu e implementou um projeto estatal neoliberal, de criminalização dos movimentos sociais no campo, buscando criar a “Reforma Agrária de mercado”, como o Banco da Terra.

Nesse sentido, para Oliveira (2009) os números da Reforma Agrária divulgados pelo governo Lula não passam de uma farsa. Pois a quantidade de famílias assentadas não corresponde ao assentamento real de novas famílias, já que o INCRA contabiliza a criação de novos assentamentos antigos e reassentamento de agricultores atingidos por barragens. Ao agregar o governo Lula várias linhas de ações do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), como criação de novos assentamentos, percebe-se uma tentativa em aumentar o número real de famílias assentadas, tentando confundir e convencer os movimentos sociais e sindicais de que as metas da Reforma Agrária estariam sendo cumpridas.

Em protesto a essa postura do governo, em 2005 o MST divulgou nota pública

contestando os dados e acusando Lula de inflacionar os números de novos assentamentos. Para os sem-terra, a Reforma Agrária deve desconcentrar a propriedade da terra e resolver os problemas dos pobres do campo, o que não teria ocorrido com a política agrária do governo Lula, que não modificou a estrutura fundiária, demonstrando, através da concessão de incentivos financeiros, que o agronegócio é o modelo de agricultura mais importante para o país (MST, 2005).

Por meio do desmembramento dos dados, Oliveira (2009) demonstra que, ao contrário do anunciado pelo governo Lula, de que 519 mil famílias foram assentadas entre 2003-2008, nesse período foram assentadas somente 183.308 famílias. Nesse contexto, também se observa certa conformidade social por parte dos movimentos sociais e sindicais em relação à postura do governo (“falsa Reforma Agrária”), o que teria provocado a diminuição do volume de protesto por parte dos sem-terra, se comparado aos outros governos. No entanto, “o governo finge que faz a Reforma Agrária, e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar.” (OLIVEIRA, 2009)

Nesse contexto, segundo dados divulgados pela CPT (2003), no primeiro ano do governo Lula foi realizada no Brasil, pelos movimentos sociais e sindicais, entre eles o MST, 285 acampamentos de terra, enquanto que em 2010 foram registrados somente 35 novos acampamentos. O que demonstra uma queda brusca nas ocupações de terra no país, tanto em relação ao MST, como os outros movimentos sociais de luta pela terra.

Devido ao compromisso histórico do PT com a Reforma Agrária, no primeiro mandato do governo Lula houve um grande número de famílias acampadas na expectativa da realização da Reforma Agrária. Ao perceber que o governo não faria a Reforma Agrária o MST retomou as ocupações de terra e mobilizações públicas. Mas, na medida em que o governo Lula abandonou a Reforma Agrária, há também um esvaziamento no número de acampamentos por todo país.

(...) desistiram de ficar acampadas. Como o governo não acelerou as desapropriações, os sem-terra perceberam que a Reforma Agrária seria mais demorada e, por isso, a nossa base ficou um pouco desiludida (STÉDILE, 2011).

O que demonstra que havia uma esperança concreta, por parte dos movimentos sociais, como o MST, de que o governo Lula faria a Reforma Agrária a partir da via institucional. Com isso, no primeiro mandato, as mobilizações diminuíram à espera de respostas por parte do governo.

Devido ao perfil sindicalista de negociador, Lula passou os dois mandatos

dialogando com os movimentos sociais, não adotando uma política de criminalização por parte do Estado. Com isso os movimentos sociais não realizam mobilizações na mesma intensidade que no governo FHC, por exemplo. Percebe-se que o governo não cumpriu as metas de assentamento do PNRA e não fez Reforma Agrária. O que colocou em prática foi uma política de assentamentos novos e a reestruturação de assentamentos antigos para fornecer força de trabalho às indústrias do complexo desenvolvimento capitalista para o campo, interditando a partilha ou destruição da grande e média propriedade fundiária. (FERNANDES, 2010).

No entanto, os movimentos sociais, que no primeiro mandato esperaram a realização da Reforma Agrária pelo governo, no segundo voltaram a realizar protestos, porém não na mesma intensidade que em governos anteriores e não mais com a mesma base social, que também foi diminuindo.

### **3.4 Os movimentos sociais pela posse e o uso da terra**

As lutas pela terra, desenvolvidas e organizadas através de movimentos sociais no campo brasileiro, são lutas históricas, mas que foram se complexificando e se ampliando no que diz respeito aos direitos de cidadania às populações rurais sujeitas a várias formas de exclusão social.

O fortalecimento e a visibilidade pública destas lutas têm recaído frequentemente em um ator principal - o MST -, mas o que merece ser discutido é em que medida isso é fruto de suas articulações e alianças num conjunto muito mais amplo de movimentos sociais, através de redes inter organizacionais não formalizadas ou semiformalidades e típicas da sociedade da informação (FERNANDES, 2010).

Segundo Fernandes, três principais níveis de lutas dos movimentos sociais podem ser observados de forma emblemática no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): as demandas materiais/emergenciais do cotidiano das bases do movimento; a práxis de ressignificações simbólicas e políticas nos movimentos e na sociedade e a elaboração e a política de reconhecimento de um “novo projeto de sociedade” (FERNANDES, 2010).

A agricultura baseada na ideologia da revolução verde procura contribuir com o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, aliadas as políticas agrícolas acentuam ainda mais a concentração de terras.

A escolha de espécies estratégicas, a mecanização no campo, a aplicação de agroquímicos, combinado com avanços industriais abalizados em fontes de energia não

renováveis, caracterizando-se pela geração de resíduos poluidores e subprodutos do consumismo, causando a extinção de espécies, dado a esse advento, as práticas agrícolas sustentáveis, ajudam aos agricultores na evolução fundiária (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001).

A busca constante pelo aumento da produtividade e maximização de lucros tem sido a tônica na agricultura moderna de cunho convencional, ou seja, fundamentada nos preceitos da revolução verde que incentivou a utilização de agentes químicos nas plantas e no solo, reduziu consideravelmente a prática da agricultura orgânica, muito utilizada antes da década de 1950, esta se fundamentou em termos genéricos, na ideia de que as plantas e o solo precisam se alimentar para assim produzirem em maior quantidade.

O processo de tecnificação e industrialização da agricultura tiveram como ponto determinante o século XVIII, a partir da Revolução Industrial, agricultura esta que tem provocado impactos significativos nos setores ambientais, sociais e econômicos. Assis et al. (1995) citando Hodges (1981) deixa explícito que parte dos problemas ligados à agricultura convencional resultou do próprio sistema de produção, mas outros são causados pela interação entre agricultura e os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais.

### **3.4.1 Práticas agrícolas sustentáveis e degradadoras**

Para contextualizar a disputa pela terra e o significado da Reforma Agrária na região do Planalto Médio, no final do século XX e início do XXI, onde o município de Cruz Alta se insere, é importante analisar os atores: nativos, colonizadores portugueses, agricultores europeus e os granjeiros frutos da modernização agrícola e seus métodos de organização da sociedade e a intervenção na natureza. (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012, p.9).

Quando da ocupação das terras, que hoje constitui o território brasileiro, os nativos praticavam uma agricultura respeitando os ecossistemas utilizando a terra de forma comunitária, extraindo os materiais para construção de seus abrigos, remédios e também o cultivo para a sua alimentação.

Para Maestri:

Os tupi-guaranis praticavam horticultura parcelar, familiar e extensiva de subsistência, em área florestal tropical e subtropical. Essa produção apoiava-se nos diversos tipos de milho, de feijão, de batata-doce e, sobretudo, de mandioca (...), além do cará, amendoim, a abóbora, a banana, o abacaxi, o tabaco, o algodão e as pimentas. As técnicas de cultivo eram baseadas na fertilidade das terras, bem como pela ausência de ferramentas desenvolvidas e do desconhecimento na fertilização

(MAESTRI, 2001, p.3).

Já os colonizadores portugueses iniciaram o que Bublitz (2006) denomina de desmatamento civilizador por introduzir a prática mais predadora: derrubada, queimada, exploração da mata, retirando madeira nobre como pau-brasil, canela, jacarandá, peroba, cedro – e o plantio intensivo monocultural exportadora. Como consequência tinha-se terras esgotadas sem a fertilidade natural, ocorrendo o abandono da área.

Outra fase marcante de disputa pela terra ocorreu no final do século XIX com os descendentes dos antigos colonos de imigrantes europeus já estabelecidos no Sul do país, mesclados a novas levas de imigrantes, partiram em direção às florestas ainda não desbravadas (ROCHE,1969). A essa mobilidade Zamberlam e Froncheti (2012) identificam como o fenômeno da *enxamagem*, onde os movimentos migratórios internos saem em direção a exploração de novas áreas de terras cobertas de florestas utilizando práticas que provocaram a destruição ambiental, deixando para trás solos degradados pela prática da queimada e de seu uso intensivo.

Numa quarta etapa, a partir da década de 1960, surgiu a modernização da agricultura. Para Brum (1988, p.60) essa modernização introduz o processo de mecanização e tecnificação da lavoura (medido geralmente através dos índices de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos utilizados) e provocou modificações nas relações sociais de produção, implicando numa maior integração entre produtor e produção tanto no mercado quanto na racionalidade do lucro. Assim, com o avanço da modernização o objetivo da produção agropecuária passou a ser o lucro acumulativo.

Essa prática exploratória da agricultura moderna, fruto da Revolução Verde, tem seus pilares na agroquímica, na motomecanização e na manipulação genética (AQUINO et.al, 2005).

Há uma estreita relação entre os três pilares. O da agroquímica é responsável pela produção de insumos que permitem o controle das restrições ambientais, na fertilidade, no controle das chamadas pragas, doenças e ervas invasoras. Isso possibilita ao sistema um seguro controle e dominação da natureza, permitindo praticar a agricultura de monocultura intensiva e extensiva. O pilar da motomecanização engloba o aparato de máquinas e equipamentos, dispensa a mão de obra, barateando os custos de produção, incorporando novas áreas de cultivo e a monocultura. E o pilar da manipulação genética que adéqua plantas e animais aos insumos químicos, aumentando a uniformidade genética, a diminuição da biodiversidade e ampliação das culturas, o que leva a um ciclo de doenças, pragas e maior necessidade de agrotóxicos e fertilizantes (AQUINO et al. 2005, p. 25-26).

A modernização da agricultura alterou significativamente a produtividade das

culturas e do trabalho, provocou a queda dos custos unitários de produção, elevou a renda da terra para os proprietários em razão da prática do arrendamento pelos produtores de cereais, superou o conflito entre capital e latifúndio, incorporou o complexo agroindustrial no país e deu um papel específico ao campesinato ligado à agricultura familiar e ao agronegócio ligado ao latifúndio (BRUM, 1988).

Neste aspecto Almeida menciona que

[...] o processo de modernização agrícola está ligado à transformação da produção em commodities, alterando os mercados agrícolas internacionais e as culturas locais tradicionais. O processo demandou incrementos tecnológicos para o aumento da produção, como estratégia de competição global entre grandes empresas agrícolas e a escassez de terras devida ao aumento da demanda e à saturação dos espaços tradicionais de cultivo nos países desenvolvidos.

...

[...] Aprofundaram-se mais e mais os problemas fundiários e populacionais, em função da exigência cada vez maior de terra e da pouca oferta de mão de obra. Por outro lado, a produção foi concentrada em poucas multinacionais produtoras de commodities e em grandes empresas produtoras de insumos agrícolas (fertilizantes, sementes, máquinas, etc.). Não tardou para que problemas ambientais começassem a surgir de forma mais patente, devido ao avanço colonizador sobre áreas de mata nativa e a tecnologias que acarretaram desequilíbrios ambientais (ALMEIDA, 2011, p. 16-17).

### **3.5 Evolução da estrutura fundiária**

Além de práticas agrícolas questionáveis, a sociedade brasileira convive com problemas fundiários que são reflexos da construção histórica na formação da propriedade. Para Alcântara Filho e Olivera Fontes (2009) essas heranças provem da própria dinâmica de funcionamento da colônia e das leis vigentes nesse período, as quais introduziram as disparidades na distribuição de terras e, posteriormente, na concepção mercadológica. Assim, para analisar a concentração de terras, a produção e até mesmo a produtividade agrícola nos dias atuais, é preciso levar em consideração os regimes fundiários na perspectiva histórica.

Cinco são os regimes fundiários que construíram a estrutura agrária ao longo da história do Brasil: o Regime de Sesmarias, vigente no período colonial até 1822; a ocupação (posse) privada das terras (1822-1850); a Lei de Terras (601/1850) que institucionaliza a propriedade privada mercantil e o sistema estatal de terras públicas devolutas ou não devolutas (1850-1964); e o Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964) bem como a Constituição de 1988 que reforçam a função social da terra (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012).

A primeira Lei que regulamentou a questão da terra foi 601/1850, mais conhecida como a Lei de Terras que determinava que todos os que tinham posse de terra deviam

registrá-la mediante uma taxa num prazo de cinco anos, caso contrário o lindeiro podia fazê-lo e ficar como legítimo proprietário.

A Lei de Terras de 1850 foi uma solução encontrada pela elite brasileira para manter inalterada a estrutura agrária, impedindo o acesso livre a terra por parte da população pobre que era a maioria, e conseguir trabalhadores livres para as lavouras de café, pois o Estado brasileiro já estava planejando a imigração de europeus para substituir o trabalho escravo que estava prestes a ser abolido (MIRANDA, 2006, p. 3).

Da proclamação da República, em 1889 até 1964 (ano da aprovação do Estatuto da Terra), o problema da legitimação de posses foi posto em plano secundário, inclusive em 1891 os estados federativos passaram a ter também a função de equacionar a questão fundiária, revelando o desinteresse, como não dizer também, a omissão da Federação em relação à estrutura fundiária da nação (ALCANTARA FILHO; OLIVERA FONTES, 2009). Essa legislação vigorou até a década de 1930, pois:

[...] os governos desse período optaram pelas Políticas de Imigração, trazendo europeus em detrimento ao trabalhador negro, caboclo, mestiço e indígena, impedidos pela situação econômica de terem direito à propriedade da terra. Como reação, surgiram as lutas messiânicas pela terra (1888 a 1938), como Canudos, no nordeste, movimento liderado pelo Beato Antonio Conselheiro (1892-1897); a Guerra do Contestado, em Santa Catarina (1912-1915), liderada pelo Monge José Maria; e o conflito dos Monges Barbudos na região de Soledade, no Rio Grande do Sul (1935-38). Todos os movimentos camponeses foram destruídos pela força policial militar (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012, p. 16).

Com o primeiro governo de Getúlio Vargas, 1932-1945, a política imigratória passa a ser seletiva e restritiva à entrada de imigrantes e começa o fomento da política de colonização com camponeses nacionais (MIRANDA, 2006).

Embora a Constituição Federal de 1946 introduza o princípio da função social da propriedade, na realidade até 1964 há um novo cenário agrário (TAVARES SANTOS, 1993) marcado pelo controle do espaço territorial com estímulo às políticas de colonização em que o Estado tenta enfraquecer as lutas sociais no campo. Surgem as Ligas Camponesas no Nordeste, a Liga Agrária Católica e o MASTER – Movimento de Trabalhadores Sem Terra, no Rio Grande do Sul, sendo fato marcante, em 1962, o surgimento dos sindicatos rurais. No ano seguinte ocorreu a criação do Estatuto do Trabalhador Rural e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura que se inseriram, formalmente, na luta pela terra (ZAMBERLAN; FRONCHETI, 2012).



Esse período, do ponto de vista legal, não foi significativo na ruptura da estrutura fundiária. Contudo, vale ressaltar os anseios de setores das camadas populares em procurar formas de desconcentração da terra e a tentativa de João Goulart, em 1964, de realizar as reformas de base. Uma delas seria a Reforma Agrária como saída à concentração de terras e ao desemprego exacerbado. Contudo, meses depois, Jango seria deposto pelo Golpe Militar de 1964 (ALCANTARA FILHO; OLIVERA FONTES, 2009, p. 67).

Segundo Morissawa (2001) por mais de vinte anos o Brasil conviveu com o período de ditadura militar (1964-1985) e foi durante esse período que, em 30 de Novembro de 1964, o presidente Castelo Branco instituiu a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, a Lei nº 4504/1964. O objetivo dos militares com a edição do Estatuto da Terra era frear as reivindicações populares, deslocando o foco do conflito, que saiu da sociedade e se direcionou para o próprio Estado. Este era o interesse imediato do governo, apenas este, e não executar de fato o programa da Reforma Agrária, que neste país nunca se concretizou (STÉDILE, 2002, p. 11).

O Estatuto teve um caráter inovador, pois introduziu novos conceitos ligados a questão agrária. Foi através do estatuto que se mensurou o minifúndio e o latifúndio. Essa mensuração se daria através dos módulos fiscais, que variam de acordo com a região (BRASIL, 1964). Outra inovação do Estatuto da Terra foi a definição de função social da terra.

Título I – Disposições Preliminares. Capítulo I – Princípios e Definições, artigo 2º, § 1º - A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (BRASIL, 1964, p. 01).

Apesar do Estatuto da Terra parecer, por suas definições, uma possibilidade de mudança na estrutura fundiária, possui uma dualidade na questão distributiva da terra, representada pela Reforma Agrária e a modernização do campo, sobrepondo o caráter econômico ao social. Essa dicotomia entre o social e o econômico, favoreceu às grandes propriedades, pois nestas, havia maiores facilidades de modernização do campo e acesso a crédito. Por outro lado, no aspecto da Reforma Agrária, pouco se fez. A política dos governos militares reduziu-se a esporádicos projetos de colonização, principalmente na região Amazônica (SILVA, 1997).

A constituição de 1988, que poderia ser um marco na execução de políticas voltadas ao campo e à redução da concentração de terras no Brasil, contudo, não obteve nenhuma inovação em relação à Lei 4.504/1964. Pode-se dizer até que houve retrocessos, pois a nova constituição acabou por legitimar o “*latifúndio produtivo*”, pois não regulamentou o artigo que previa a desapropriação de terras maiores que o limite máximo de módulos fiscais. Além disso, não foi realizada a atualização dos níveis de produtividade por módulo fiscal, assim, mantêm ainda os padrões editados em 1964 (STÉDILE, 2002).

A partir daí, foram implementadas apenas algumas medidas provisórias e emendas constitucionais de Leis, mas nada de relevância significativa no que diz respeito às transformações consideráveis na disposição legislativa fundiária no Brasil.

### **3.6 A formação e evolução da estrutura fundiária no Município de Cruz Alta – RS**

Na linha de tempo, de 1600 aos dias atuais, o município de Cruz Alta, passou por três momentos distintos na sua estrutura fundiária (ZARTH, 1997):

De 1600 a 1894 ocorreu a ocupação das terras de campo marcado pela inserção lenta da economia regional à economia do Rio Grande do Sul e brasileira via a pecuária. Inicialmente o município foi espaço e rota dos aldeamentos das Missões Jesuíticas quando seu território abrigava a criação de gado e cultivo de erva-mate. Após o Tratado de Badajós, 1801, deu-se início a formação de estâncias de sesmarias nas terras de campo, quando as autoridades militares começaram a doar ou vender a preços irrisórios os campos a militares e tropeiros (ZARTH, 1997, p. 17). O mesmo autor menciona que com a elevação de Vila em 1834 a Câmara Municipal de Cruz Alta passou a gerir uma vasta região das Missões até Passo Fundo, Soledade e Salto do Jacuí, foi quando a autoridade municipal preocupou-se com as terras que estavam em mãos de famílias portuguesas, paulistanas, curitibanas e espanholas. Com a Lei de Terras de 1850 as áreas devolutas de mato, que eram *posses* de moradores caboclos, bugres, negros, indígenas e paraguaios, começaram a ser adquiridas, a preços simbólicos, por estancieiros, militares, coronéis civis e empresários que organizaram colônias (áreas de terras divididas em lotes), atraindo imigrantes, colonos europeus que as revendiam a preço de mercado (ZARTH, 1997, p.23).

O jornalista J. P. da Costa escrevia, em seu Jornal Aurora da Serra, de Cruz Alta, em 1886:

[...]Há necessidade imprescindível de uma propaganda séria no sentido da emigração do estrangeiro... Precisamos firmar a emigração sobre bases sólidas, para que possa ser de fecundos resultados... Tanto o alemão como o italiano são excelentes colonos, mas devemos nos precaver, com real cuidado, na introdução deste último, em cujo país (Itália) superabunda uma parte de população péssima; essa então pode ficar por lá; já temos de sobra uma massa enorme de libertos e de escravos suficientes para nos incomodar. Precisamos, sim, de gente, porém, morigerada, de bons costumes e trabalhadores”... Já é tempo de pensarmos que devemos ir nos preparando para

receber esses novos hóspedes... pois abasteceriam a cidade de gêneros alimentícios... (ZAMBERLAM,1999, p 30).

De 1894 a 1954 ocorreu a tomada das terras devolutas florestais via a colonização com imigrantes europeus. A rápida ocupação desse território florestal foi possível pela implantação da estrada de ferro (1894) que, inicialmente atraiu colonos europeus e posteriormente deslocava a significativa produção diversificada para o mercado interno. De outra parte a ferrovia provocou a quebra de estancieiros comerciantes-tropeiros de mulas e gado para o centro do país em direção a Sorocaba e região das Minas (GOMES, 1966).

Até meados da década de 1950 floresceram uma rede de indústrias de expressão regional e estadual, como as Indústrias Reunidas Marchionatti, Moinhos Riograndenses (SAMRIG), Charqueada, Fábricas de cerveja, Fábrica de Fósforo Missões e Cooperativa de banha, entre outras (BAIOCCHI, 1989).

De 1950 aos dias atuais ocorreu um crescimento econômico com subordinação ao eixo Rio-São Paulo e depois ao Mercado Externo com o avanço da modernização da agricultura. Segundo Baiocchi et al. (1989), duas fortes razões determinaram essa subordinação: inicialmente, a crise de 1929 e a 2ª Guerra Mundial trouxeram dificuldades ao Brasil em relação ao comércio exterior. A nova indústria que se localizava no eixo Rio-São Paulo (1950-60) passou a conquistar, com seus produtos “modernos”, os mercados regionais da região de Cruz Alta. Com isso a precoce indústria regional perdeu sua funcionalidade. Muitas fecharam, outras faliram e a grande maioria foi incorporada pelo capital paulista ou de multinacionais.

A outra razão condicionante foi a modernização agrícola do campo, já explanada. A região de Cruz Alta era um território adequado para sua implementação e utilização, mas havia uma encruzilhada onde o desafio era aproveitar os milhares de hectares de terras de campo bruto, intactas, nas mãos dos chamados “latifundiários”, sem perspectiva de mudança na sua utilização econômica, enquanto o meio rural, originário das colônias de povoamento por imigrantes, começava a viver o intenso êxodo rural, pois findava o ciclo da exploração das florestas, pelo desmatamento, originando as terras esgotadas e degradadas. (FERNANDES, 2010).

Implantado o novo jeito de produzir no meio rural dentro da lógica da economia capitalista, o município de Cruz Alta, no final da década de 1970, foi afetado pela crise que atingiu o país, pois sua economia já estava centrada na monocultura exportadora de grãos. Segundo Florão e Zamberlam (1991) dois outros problemas estruturais afetaram o município e a região: o confronto de minifúndios e latifúndios e a dinâmica da seleção e de

exclusão de pequenos produtores.

A crise se prolongou na década seguinte e, para Grzyboweski (1987, p.19), isto provocou uma forte politização dos dois grupos: o dos selecionados e o dos excluídos. O primeiro se uniu buscando melhores condições de comercialização através de entidades sindicais e de cooperativas. Assim, esses dois grupos, através de movimentos realizaram atos públicos, invadiram cidades do interior com suas máquinas e equipamentos, e fecharam agências bancárias. Os grupos dos excluídos também se reorganizaram a partir do final da década de 1970.

A organização e mobilização dos destituídos da posse ou propriedade fundiária, para reverter o quadro de sua concentração entre proprietários que a mantém improdutiva, ampliam-se à medida que eles se convencem do direito de acesso às atividades que gozam de reconhecimento social, no caso, a agricultura. Este reconhecimento dá visibilidade e reconstrói no imaginário coletivo o “capital simbólico” que os move na conquista de seus interesses, de forma a se associarem em organizações como estratégia de ação social. Os movimentos sociais lutam por inclusão econômica e social através do acesso aos meios de trabalho e de vida, entre os quais o de Reforma Agrária, e se fortalecem com a não implementação das políticas que reivindicam, convivendo assim com um “estado permanente” de tensão e conflitos, que lhes dão visibilidade e legitimidade social, fortalecendo seu poder de pressão, de barganha e de organização (GHELEN, 2004, p. 6).

Historicamente os sem-terra ou com pouca terra buscam legitimar a posse da terra pelo assentamento rural. Foi em meados dos anos de 1960 que aparece nos relatórios oficiais o termo assentamento para designar a transferência e a alocação de um determinado grupo de famílias em algum imóvel rural (LEITE, 2001).

Na medida em que os trabalhadores rurais sem terra começaram a ser beneficiados, seja pela colonização ou pela Reforma Agrária, o fenômeno foi se consolidando, conforme Tavares (1993). Para o Estado:

[...] a característica principal do programa de assentamento é a criação de novas pequenas propriedades em terra que, na maioria das vezes, se encontram totalmente ociosa ou com baixa utilização na produção agrícola. O assentamento significa, portanto, a incorporação de novas terras ao processo produtivo com a consequente criação de empregos, distribuição de renda, beneficiando a camada de pequenos agricultores (MARA/ INCRA, 1990, p.16 e 17).

Leite (2001) afirma que no conceito de assentamentos se podem identificar diversas categorias, como os “reassentamentos”, oriundo da necessidade de realocar população rural em função da construção de usinas hidrelétricas com desapropriação de terras por utilidade pública; a “colonização”, através de projetos derivados do programa oficial de terras devolutas pertencentes ao Estado; os “projetos de valorização de terras públicas” para fins de

Reforma Agrária, frutos da ação dos governos estaduais que utiliza de imóveis públicos; e os assentamentos de “Reforma Agrária”, fruto da intervenção do Estado que desapropria por interesse social.

Os assentamentos rurais passam a ter expressão após a redemocratização do Brasil em que a Reforma Agrária passou a ocupar um espaço crescente no debate social brasileiro devido ao potencial e à contribuição que estes agentes econômicos podem dar para criação de emprego e diminuição do êxodo rural, o aumento da oferta de alimentos, incrementos na produção agrícola e para a elevação do nível de renda e a conseqüente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais brasileiros. Eles contam com a política de democratização do acesso a terra, seja por sua importância econômica como agente dinamizador da agricultura, que tem sido os assentamentos rurais (REYDON; ESCOBAR; BERTOR, 2007).

Leite (1988) afirma que a participação do Estado nos processos de assentamentos rurais tem expressiva significação, mas ao mesmo tempo é preciso relativizá-la:

O Estado se apropria da conquista dos trabalhadores, e surge como o grande realizador de políticas públicas e sociais, dissimulando, assim, a correlação de forças políticas que se inserem no âmago do próprio Estado e que vai determinar o tipo de política a ser tomada. Contudo a presença de segmentos comprometidos com interesses mais progressistas, dentro dos quadros administrativos do governo é um fato, o que não garante de imediato a consecução de ações efetivas (LEITE, 1988, p.4)

Historicamente, o município de Cruz Alta registra uma das primeiras ocupações no Estado do Rio Grande do Sul, quando dezenas de sem-terra ou com pouca terra ocuparam a Fazenda Pilão, então de propriedade da estancieira viúva Cassinha de Abreu, em 17 de maio de 1962, coordenada pela Associação dos Trabalhadores Agrícolas e Homens do Campo. A mobilização era conduzida pelo MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra, tendo como presidente o então prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues (FLORÃO; ZAMBERLAM, 1989).

Ao longo do regime civil-militar a repressão aos movimentos sociais se intensificou de modo a sufocar as lutas que, mesmo diante desta forte pressão, não sucumbiram e permaneceram ativos através da ação de instituições como a FETAG, CONTAG e da CPT. O novo despertar do Movimento dos Sem Terra na região se deu pela luta dos colonos de Nonoai, no Rio Grande do Sul, em maio de 1978, quando os índios Kaingang, da Reserva Indígena de Nonoai, tomaram a iniciativa de recuperar o seu território ocupado por colonos que ali haviam se estabelecido desde os anos de 1940 (FERNANDES, 2000). Essas famílias eram compostas por pequenos proprietários e os camponeses sem terra – filhos de colonos,

posseiros, pequenos arrendatários, meeiros, parceiros, peões, diaristas, crescentemente expropriados em favor da manutenção e expansão dos grandes proprietários.

Ao serem expulsos, os colonos sem-terra passaram a lutar pela sua permanência no Rio Grande do Sul, porém, sem nenhuma organização formal que estruturasse a luta, o que favoreceu a dispersão da maior parte das famílias e a ocorrência de outras ocupações no Estado. Foi assim que a região de Ronda Alta ficou marcada pela ocupação das Glebas Macali e Brilhante, assim como parte da Fazenda Sarandi, em Rondinha, configurando o conjunto de ocupações apontadas como a gênese dos sem-terra (SILVA, 2013, p.68).

Era junho de 1978, alguns grupos de famílias isolados e sem uma forma de organização definida entraram nas Glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, e na Reserva Florestal da fazenda Sarandi, em Rondinha. As glebas eram terras públicas que estavam arrendadas para empresas. As ocupações começaram com 30 famílias e chegaram a quase 300. Essa ação tem um importante significado histórico, porque a luta recomeçava exatamente onde havia sido interrompida em 1963. Frente ao fato, o Governo do Estado enviou o secretário da agricultura para cadastrar estas famílias, prometendo assentá-las "quando fosse feita a Reforma Agrária". Com esse ato, os colonos foram convencidos a retornarem para as casas de amigos e familiares, onde estavam abrigados. Desse modo, se por um lado o governo tentou se livrar do problema, por outro lado, surgiram muitas outras famílias querendo se cadastrar, com a esperança de serem assentados no Rio Grande do Sul (FERNANDES 2000, p. 51).

Segundo Silva (2013, p.69), a experiência de luta adquirida por estas famílias, através de um conjunto de ações realizadas para permanecer na terra envolvendo estratégias de âmbito mais coletivo (como reuniões, assembleias, ocupações, acampamentos), acabou sendo observada e copiada por outros trabalhadores em conflitos pela terra, originando na sequência da luta de Nonoai um dos principais acampamentos inspirados nestes moldes foi o de Encruzilhada Natalino, em 1979, que com suas características internas de mobilização e lutas conferiram ao acampamento uma visibilidade nacional que alimentou o processo de surgimento do próprio MST em 1984.

As ocupações e os respectivos assentamentos rurais no município de Cruz Alta aconteceram nessa mesma década, a partir de 1986. Embora em termos estatísticos os assentamentos em Cruz Alta e região representam pouco, face ao grande contingente de pequenos agricultores que demandam o acesso à terra. Segundo o economista Leite (2001, p.53), esses assentamentos têm um valor estratégico, quer do ponto de vista sociológico, quer do ponto de vista político, *strictu sensu*, quer do ponto de vista das políticas governamentais.

A má distribuição de terra no Brasil tem razões históricas, e a luta pela Reforma Agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. A questão fundiária atinge os

interesses de um quarto da população brasileira que tira seu sustento do campo, entre grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e os sem-terra.

Montar uma nova estrutura fundiária que seja socialmente justa e economicamente viável é dos maiores desafios do Brasil. A questão agrária está para a República assim como a escravidão estava para a Monarquia. De certa forma, o país se libertou quando tornou livres os escravos. Quando não precisar mais discutir a propriedade da terra, terá alcançado nova libertação.

Por trás de tanta terra mal utilizada esconde-se outro problema agrário brasileiro, até a década passada, quase metade da terra cultivável ainda estava nas mãos de 1% dos fazendeiros, enquanto uma parcela ínfima, menos de 3%, pertencia a 3,1 milhões de produtores rurais.

## 4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Assentamento Seival, situado no município de Cruz Alta, estado do Rio Grande do Sul. Foi baseada num diagnóstico quantitativo, com abordagem na evolução do assentamento nos aspectos estruturais desde a sua fundação.

Segundo Fonseca (2002, p. 20) a pesquisa quantitativa, diferentemente da qualitativa, coleta dados de forma que possibilite a quantificação dos resultados “...os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa.” A pesquisa quantitativa se concentra na objetividade, é matemática. Conforme Gerhardt e Silveira (2009), em relação a qualitativa, a quantitativa tem um menor enfoque na interpretação do objeto, menor importância do contexto do objeto pesquisado e menor proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados. No que diz respeito ao tempo, o objeto estudado pela pesquisa quantitativa é avaliado no momento instantâneo enquanto que a qualitativa trabalha um intervalo maior de tempo.

O Assentamento Seival foi instalado na década de 1980, onde foram assentadas setenta famílias, em uma área total de 1.217 hectares.

Na primeira etapa antes da coleta dos dados, foi realizada uma reunião com os assentados, onde se apresentou a proposta do projeto de pesquisa, a qual foi aprovada pelos agricultores envolvidos, garantindo assim a colaboração dos mesmos no desenvolvimento do projeto.

Na segunda etapa, foram realizadas as entrevistas (anexo – Roteiro). As entrevistas foram realizadas no mês de outubro de 2014, aplicadas em 100% das famílias residentes no assentamento, totalizando 46 famílias tendo como critério, em caso de não colaboração de alguma família no fornecimento dos dados, os mesmos serem buscados junto aos vizinhos que possuíam conhecimento da propriedade e da família.

Para efeito de estudo todas as 46 famílias residentes no assentamento foram consideradas, independentemente de ser proprietária de terras.

Na terceira etapa, foi efetuada a tabulação dos dados para posteriormente serem confrontados com dados já existentes da década de 1980, dados estes oriundos de uma pesquisa realizada pela Fundação Universidade de Cruz Alta em 1989. Para este estudo foi considerado apenas os dados diretos e não outras variáveis, como poder aquisitivo dos envolvidos, pacotes tecnológicos, valorização da moeda brasileira, inflação, entre outras.



## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1 Apresentação dos dados do diagnóstico.**

A percepção recente é de que o conceito de rural e de sua participação no desenvolvimento não é estático. Kageyama (2008), desconsiderando definições legais, administrativas ou estatísticas, afirma que os principais elementos que aparecem na literatura sobre o tema, caracterizando as áreas rurais, são: composição familiar e grau de instrução, instalações nas propriedades, equipamentos agrícolas entre outros a serem discutidos.

Os dados primários coletados são apresentados de maneira que possibilite um relato sucinto dos mesmos e de forma descritiva. Os dados do ano de 1989 são oriundos de uma pesquisa realizada pela Fundação Universidade de Cruz Alta (1989).

### **5.2 Composição familiar e grau de instrução**

A Tabela 1 apresenta a variação do número de famílias e habitantes no assentamento Seival de 1988 até 2014.

A Fazenda que deu origem ao assentamento era habitada por 2 famílias, totalizando 12 pessoas, já com a instalação do assentamento em 1989 este número aumentou significativamente, passando para 70 famílias e 429 pessoas e agora (2014) em relação a 1989 teve uma redução de 34,3% no número de famílias e 66,4% no número de pessoas restando 46 famílias e 144 pessoas.

Chama atenção a redução expressiva nas faixas etárias – de 5 anos e de 5 à 15 anos, reduzindo 91,5% e 88,2% respectivamente e a menor variação ficando em 20,4% na faixa etária acima de 40.

Essas interpretações seguem algumas correntes de pensamento econômico sobre o desenvolvimento e colocam o crescimento da agricultura como alavanca ou como empecilho de desenvolvimento econômico, principalmente os modelos de crescimento da corrente clássica e neoclássica, onde manifestam que a redução expressiva da faixa etária tem uma menor variação sobre as quais o debate sobre o desenvolvimento no Brasil se inicia. Para os economistas neoclássicos, a diminuição da população rural resulta naturalmente das oportunidades no meio urbano e ocasiona benefícios no meio rural (ROMEIRO, 1991).

**Tabela 1: A composição familiar dos residentes no Assentamento Seival, Cruz Alta, RS. 2014.**

Período	N° Famílias	N° Pessoas	Indivíduos com					
			-5 anos	+5 a 15 anos	+15 a 25 anos	+25 a 40 anos	+40 a 60 anos	+60 anos
2014	46	144	6	16	26	21	47	27
1989	70	429	71	136	83	46	93	

Na Tabela 2 é perceptível uma grande redução no número de analfabetos e alfabetizados em 2014 em relação à 1989 ficando 89,9% e 92,5% inferior, respectivamente.

É importante salientar que apesar da redução do número de pessoas no assentamento, conforme a Tabela 2, o número de pessoas com o 1º grau completo reduziu 30,8% e o segundo grau teve um aumento significativo, passando de apenas uma para 13 pessoas. Já no terceiro grau, onde não havia nenhuma pessoa, aparecem agora 8 pessoas neste nível, graças a oportunidade que hoje o jovem tem de fazer uma faculdade, seja pela proximidade da Universidade, seja pela melhoria nas condições financeiras, seja pelos programas governamentais que subsidiam bolsas de estudo ou seja pelo valor acessível com o uso do sistema de estudo a distância, de qualquer forma verifica-se que houve acesso à educação.

**Tabela 2: Nível de instrução das pessoas residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014**

Período	Analfabeto	Alfabetizado	1º grau inc.	1º grau comp.	2º grau	3º grau
2014	7	7	91	18	13	8
1989	69	93	231	26	1	0

### 5.3 Instalações na propriedade

#### 5.3.1 Moradia

Constatou-se que em 2014, 76,1% das moradias são de alvenaria, contra apenas 1,6% em 1989, ano este que 97% das casas eram de madeira e somente 10% em situação considerada boa e atualmente 67,4% das casas são consideradas boas.

Portanto, a Tabela 3 apresenta uma melhora significativa no padrão das casas dentro do assentamento Seival. Possivelmente isto esteja relacionado a facilidade na abertura de linhas de crédito, e incentivo na melhoria da construção rural e o aumento do poder aquisitivo das famílias do assentamento.

O acesso à terra tem o condão de garantir as condições para o preenchimento de necessidades vitais. Portanto, cria condições para a moradia digna e a segurança alimentar, bem como para a possibilidade acesso ao trabalho e a sustentabilidade econômica do trabalhador rural (ALFONSIN, 2003).

**Tabela 3: Número e características das moradias no Assentamento Seival, Cruz Alta, RS. 2014**

Período	Nº de instalações	Tipo (%)			Área (%)				Situação (%)		
		Alvenaria	Madeira	Misto	-30m²	30 a 50m²	50 a 100m²	+100m²	Boa	Regular	Péssima
2014	25	76,1	15,2	8,7	2,2	17,4	45,6	34,8	67,4	23,9	8,7
1989	53	1,5	97	1,5	59,5	35	5,5	0	10	80	10

#### 5.3.2 Saneamento básico

A Tabela 4 apresenta a evolução do assentamento quanto às condições sanitárias. Em 2014 todas as casas possuem água encanada e chuveiro elétrico para o banho, sendo que em 1989 apenas 6,3% das casas possuíam água encanada e 17,7 % das casas chuveiro. Em relação aos poços negros, em 95,6% das casas em 2014 possuem instalações contra 21% em 1989. Atualmente todas as casas possuem privada (banheiro) integrados à moradia.

A percepção da melhoria nas condições de vida dentre as famílias assentadas, após o acesso à terra, é marcante. Dados que comprovam na prática a melhoria na qualidade de vida

das famílias podem também ser expressos na quantidade de bens e equipamentos adquiridos após o assentamento (FERNANDES, 2012).

**Tabela 4: Acesso à água encanada e saneamento no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014**

Período	Nº de moradias	Água encanada (%)		Higiene corporal (%)			Poço negro (%)		Privada (%)			
		Sim	Não	Chuveiro	Bacia	Outro	Sim	Não	Externa		Interna	
									Sim	Não	Sim	Não
2014	46	100	0	100	0	0	95,6	4,4	13	87	100	0
1989	70	6,3	93,7	17,7	75,8	6,5	21	79	89,1	10,9	s.d	s.d

### 5.3.3 Chiqueiro

Embora a situação tenha melhorado quanto a infraestrutura dos chiqueiros (Tabela 5) em 2014 em relação à 1989 (67,4% em situação boa em 2014 e 10% em 1989) o número de instalações reduziram significativamente, pois em 1989 havia 53 chiqueiros construídos e em 2014, apenas 25, tendo assim uma redução de 52,8%. Mas observa-se também que houve um incremento na área construída, portanto comportando um número maior de animais.

**Tabela 5: Chiqueiro – Número de instalações e tipo, área e situação em %.**

Período	Nº de instalações	Tipo (%)			Área (%)				Situação (%)		
		Alvenaria	Madeira	Misto	-30m²	30 a 50m²	50 a 100m²	+100m²	Boa	Regular	Péssima
2014	25	76,1	15,2	8,7	2,2	17,4	45,6	34,8	67,4	23,9	8,7
1989	53	1,5	97	1,5	59,5	35	5,5	0	10	80	10

### 5.3.4 Estrebaria

Na Tabela 6 verifica-se uma evolução nas instalações de estrebarias no assentamento, no ano de 2014 em relação à 1989 teve um aumento de 42,9% no número e 44,2% na situação considerada boa das instalações. Possivelmente esse fato esteja relacionado com o crescimento na região da cadeia leiteira e conseqüente estímulo à produção de leite. Conforme Miranda (2012), o assentamento produz anualmente para o consumo e

comercialização 55.990 litros de leite. Ao analisar essa produção verifica-se que existe uma entrada de recursos mensais pela comercialização do leite, o que possibilita a melhoria em bens de consumo, como eletrodomésticos (Tabela 8), e conseqüentemente bem estar e qualidade de vida. Aspectos esses que muitas vezes não são mensuráveis, mas contribuem com a permanência na atividade agrícola e no campo.

**Tabela 6: Número, tipo de infra estrutura, área (m<sup>2</sup>) e situação de estrebarias localizadas no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014.**

Período	Nº de instalações	Tipo (%)			Área (%)				Situação (%)		
		Alvenaria	Madeira	Misto	-10m <sup>2</sup>	10 a 20m <sup>2</sup>	20a 30m <sup>2</sup>	+30m <sup>2</sup>	Boa	Regular	Péssima
2014	30	9,5	23,8	66,7	0	42,8	28,6	28,6	47,6	47,6	4,8
1989	21	0	96,6	3,4	23,4	60	16,6	0	3,4	83,4	13,2

### 5.3.5 Galpão

Uma redução de 19% no número de galpões em 2014 em relação a 1989 (Tabela 7), a área construída dos galpões e a situação melhoraram, pois em 2014, 20,5% dos galpões possuem mais de 200m<sup>2</sup> e 35,3% das instalações estão em situação boa, sendo que em 1989, não havia galpões com mais de 200m<sup>2</sup> e nenhum em situação boa.

**Tabela 7: Número, tipo, área (m<sup>2</sup>) e situação (%) dos galpões localizados no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014**

Período	Nº de instalações	Tipo (%)			Área (%)					Situação (%)		
		Alvenaria	Madeira	Misto	-20m <sup>2</sup>	20 a 40m <sup>2</sup>	40 a 80m <sup>2</sup>	80 a 200m <sup>2</sup>	+200m <sup>2</sup>	Boa	Regular	Péssima
2014	34	17,6	58,8	23,6	14,7	23,6	17,6	23,6	20,5	35,3	50	14,7
1989	42	0	100	0	47,6	40,7	11,7	0	0	0	100	0

## 5.4 Equipamentos agrícolas e eletrodomésticos

### 5.4.1 Eletrodomésticos e equipamentos do lar

O aumento da presença de eletrodomésticos no assentamento Seival em 2014 em

relação a 1989 é bastante acentuado (Tabela 8). Máquina de lavar roupas aumentou 5.000%, Batedeira 4.000%, freezer 2950%, chuveiro 1.766,7%, televisão 637,5%, geladeira 488,9% entre outros, sendo que reduziram somente dois itens, rádio 44,1% e fogão a lenha 35,7%. Esse aumento é devido, certamente, ao maior poder de compra dos assentados. Pois o acesso a terra, possibilita o acesso a bens duráveis e de consumo e conseqüentemente o crescimento econômico (FURTADO, 2003).

**Tabela 8: Número de eletrodomésticos e equipamentos pertencentes as famílias residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014**

Produtos	Período	
	2014	1989
Batedeira	41	1
Chuveiro elétrico	56	3
Aparelho de som	31	9
Ferro de passar	43	36
Fogão a gás	50	30
Fogão a lenha	45	70
Geladeira	53	9
Freezer	61	2
Liquidificador	43	4
Maq. de lavar roupa	51	1
Radio	33	59
Televisão	59	8
Ventilador	58	8
Resfriador de leite	18	0
Ar condicionado e climatizador	10	0
Aquecedor	10	0
<b>Total</b>	<b>693</b>	<b>240</b>

#### 5.4.2 Equipamentos agrícolas e veículos

Na Tabela 9 observa-se um aumento expressivo no número de carros de passeio em 2014 em relação a 1989, 1.550%, passando de 2 carros para 33 carros.

Em 1988 havia 4 tratores, 2 colheitadeiras, dois caminhões e 1 carro de passeio, já em

1989 os tratores aumentaram para 11 e os carros de passeio para 2 além de duas caminhonetes, já em 2014 estes números aumentaram, pois possuem agora 16 tratores, 7 automotrizas, 8 caminhonetes e 33 carros de passeio. Esse aumento vem de encontro com a política econômica de incentivo a indústria automobilística, o que proporcionou crédito para aquisição desses veículos.

A melhoria nas práticas e manejo agrícola do assentamento como: rotação de culturas, plantio direto e consorciados, uso de máquinas e implementos agrícolas, o uso de insumos orgânicos produzidos na própria propriedade, o uso de energia externa, diversidade e convívio com áreas naturais intocadas, são aspectos voltados a uma potencialidade da interação sinérgica entre práticas e saberes tradicionais da agricultura e os conhecimentos científicos sistematizados na agricultura no rumo do desenvolvimento, demonstra como pode beneficiar as famílias (ALMEIDA, 2011). No assentamento Seival, esta dualidade de prática agrícola é perceptível: tradicional/tecnificada na produção comercial e orgânica/artesanal para a produção de subsistência.

**Tabela 9: Equipamentos agrícolas pertencentes as famílias residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014**

Período	Trator			Colhedeira		Plantadora			Veículo		
	-50hp	50 a 100hp	+100hp	Automotriz	Trilhadeira	P. direto	P. convencional	Manual	Caminhão	Caminhonete	Carro
2014	0	10	6	7	4	11	1	15	6	8	33
1989	8	3	0	0	11	2	3	82	1	2	2

## 5.5 Culturas anuais , horticultura e fruticultura.

### 5.5.1 Produção agrícola - culturas anuais

O assentamento Seival teve um aumento na produção das culturas anuais como milho, trigo e soja, aumentando 136% na produção de milho, 168,5% na soja e 7.285,7% no trigo no ano de 2014 em relação à 1989 (Tabela 10). Já em relação a antiga fazenda 1988 o aumento na produção de grão foi de 778,6% em 2014.

O aumento da produção em 2014 em relação a 1989, possivelmente está relacionado a três fatores fundamentais: acesso ao crédito, intensificação da agricultura agroexportadora e

principalmente ao processo de arrendamento / parceria e venda de lotes no Assentamento Seival.

As culturas consideradas como subsistência, tiveram redução na produção em 2014 em relação à 1989, feijão reduziu 88,6%, melancia reduziu 91,8% e abóbora 96% (Tabelas 10 e 11), esta redução provavelmente está relacionada a redução do número de famílias.

**Tabela 10: Produção agrícola referentes as famílias residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014 (sacas de 60kg/ano)**

Período	Milho	Soja	Trigo	Feijão	Aveia	Arroz	Total
2014	35.221	34.155	15.510	14	2.660	0	87.860
1989	14.922	12.722	210	123	80	598	28.655

**Tabela 11: Produção agrícola de culturas de subsistência das famílias residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014(kg/ano)**

Período	Amendoim	Batata-doce	Mandioca	Melancia	Abóbora
2014	16,95	2.680	55.605	2.793	1.280
1989	218	182	73.500	33.910	31.920

### 5.5.2 Horticultura e fruticultura

A Tabela 12 mostra uma diminuição na produção de várias hortaliças no ano de 2014 em relação a 1989, apenas chuchu, couve, beterraba e tomate tiveram aumento de produção.

Na produção de plantas frutíferas (Tabela 13), houve redução em todas elas, quando comparado 2014 com 1989, mantendo ainda um aumento significativo quando comparado 2014 com 1988 (7.325%).



**Tabela 12: Produção de hortaliças (kg ou unidade/ano) das famílias residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014**

Período	Tomate	Cebola	Alho	Repolho	Beterraba	Cenoura	Couve	Chuchu	Alface
2014	1.400	535	179	672	313	246	450	1.070	427
1989	525	563	195	1.301	152	259	126	240	709

A redução na produção de hortaliças e no desenvolvimento do cultivo de plantas frutíferas, está diretamente ligada a redução do número de famílias residentes no Assentamento Seival, pois, como estas culturas são produzidas basicamente para o autoconsumo, apenas o excedente, em alguns casos, sendo comercializado, reduzindo o número de residências reduz-se o volume cultivado. Outro aspecto que pode estar relacionado, é a distância ao centro consumidor, uma vez que as estradas não são pavimentadas, precárias, o que encarece e dificulta o deslocamento e posterior comercialização desses produtos em feiras por exemplo, dificuldade essa que aumenta mais em períodos de chuva.

**Tabela 13: Espécies frutíferas presentes no assentamento em número de plantas, 1989/2014.**

Produtos	Período	
	2014	1989
Laranjeira	567	585
Bergamoteira	300	306
Parreira	190	508
Figueira	39	92
Pessegueiro	195	589
Macieira	13	88
Pereira	48	91
Ameixeira	44	132
Abacateiro	22	77
Goiabeira	8	10
<b>Total</b>	<b>1.485</b>	<b>2.565</b>

## 5.6 Pecuária

O número de bovinos no assentamento Seival aumentou em 2014, 25,3%, quando comparado com 1989.

Suínos e aves sofreram redução quando comparado o ano de 2014 à 1989, suínos em - 84,2% e aves em - 61,7%, já, quando comparado 2014 à 1988, mantém um aumento significativo do número de cabeças, suínos 626,7% e aves 5.131,4%.

O aumento do número de bovinos, ocorre pelo desenvolvimento da bacia leiteira no Assentamento Seival, atualmente o assentamento produz 59.990 litros de leite por ano, conforme dados coletados junto aos assentados. Já a criação de suínos e aves é basicamente para o autoconsumo e da mesma forma que as hortaliças e frutíferas, a redução provavelmente está relacionada à redução do número de famílias residentes no assentamento.

**Tabela 14: Produção de animais pertencentes as famílias residentes no Assentamento Seival. Cruz Alta, RS. 2014(número de cabeças)**

Período	Bovinos	Suínos	Aves
2014	466	109	1.831
1989	372	691	4.777

## **6 DISCUSSÃO GERAL**

O rural ocupa hoje um lugar de destaque nas pautas de discussão sobre o desenvolvimento do Estado brasileiro. Evidencia-se, cada vez mais, a importância das políticas públicas destinadas a esse ambiente, tendo-se em vista as intensivas mudanças nele ocorridas.

A implementação de projetos de assentamento tem sido constantemente apontada como uma das ações da Reforma Agrária que pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento rural no Brasil. É preciso estar atento, porém, aos diversos impactos sociais, políticos e econômicos que esse tipo de ação pode gerar nas comunidades locais.

Muitos estudos destacam os impactos socioeconômicos que são provocados na região, abrangendo temas tais como a crescente diversidade de atividades econômicas do meio rural, a profissionalização dos produtores rurais, mudanças na economia local, dentre outros (GIULIANI, 1997; BALSADI, 2001; PEIXOTO, 2002; SCHNEIDER, 2003; FERNANDES 2004), deixando a desejar em termos de análises psicossociais e subjetivas dessa população, tais como a violência e os conflitos entre os diversos grupos envolvidos neste processo, que têm constituído as principais marcas na história de luta no campo no Brasil (OLIVEIRA, 2004).

De acordo com Leite (1999), os assentamentos promovem diferentes mudanças no território, como as que são ligadas ao poder local, às questões relacionadas à participação política e formação de políticas públicas, às formas de organização social e produtiva e às questões ambientais. A constituição do assentamento apresenta demandas por ações de saúde, educação, transporte, apoio à produção, entre outras, que se somam e, às vezes, disputam com as de outras comunidades locais, não beneficiadas e sem nenhuma atenção pública especial.

Como consequência, essa sobreposição de demandas pode dificultar a integração entre camponeses que lutam pela terra (assentados da Reforma Agrária) e moradores das comunidades nas quais ocorre a implementação dos assentamentos (comerciantes, pequenos produtores rurais). Configuram-se, nesse contexto, dois grupos distintos, que, geralmente, não

se articulam em lutas de interesses específicos, necessitando uma pauta comum que supere as suas divergências, visando à constituição de uma comunidade mais homogênea e integrada social e politicamente.

Com base no Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária (INCRA, 2001), o presente estudo parte do pressuposto de que um assentamento alcançará seu objetivo quando, além de suprir as necessidades econômicas e de infraestrutura, ele se confundir com o seu entorno, mesclando-se com os outros não-assentados, mas de mesma condição sociocultural, pois um projeto de assentamento caracteriza-se, também, por ser um local de trabalho e moradia no qual se constroem a identidade social e as relações intra e intergrupais.

Os impactos demográficos e relacionais provocados pelos assentamentos são mais visíveis quando estes se constituem por pessoas oriundas de outros municípios ou regiões, ou quando representam algum deslocamento de populações urbanas para áreas rurais, resultando em aumento populacional ou mudança na relação população rural x população urbana.

Nota-se que o cultivo de culturas como a soja, milho e trigo tem avançado de uma forma crescente dentro do assentamento estudado, demonstrando assim a viabilidade de se distribuir terras e atingir várias famílias que serão beneficiadas e ajudarão a impedir uma maior ociosidade da terra. Este fato pode também estar relacionado com o aumento nos últimos anos desses grãos no mercado internacional e aliado a isso está a questão geográfica do Assentamento Seival que possibilita pelo relevo a produção desses cultivos em larga escala.

## 7 CONCLUSÕES

Com base no resultado do diagnóstico realizado no Assentamento Seival, pode-se concluir que:

- houve uma redução no número de famílias (34,29%, dos residentes no assentamento entre os anos de 1989 e 2014);
- o padrão de vida das famílias residentes no assentamento, melhorou, identificado através da melhoria das residências, do acesso a água e das condições básicas de higiene;
- na produção, ocorreu um aumento nos produtos destinados ao mercado, como soja, milho trigo e gado (leite) e uma redução nos produtos de subsistência;
- utensílios e eletrodomésticos teve uma implementação marcante, chegando em determinado produto um aumento de 488,89% (geladeira);

Isto leva a concluir que o Assentamento Seival, teve um desenvolvimento em praticamente todos os aspectos, por outro lado, é importante registrar alguns questionamentos que ficam:

- Que fatores influenciaram na redução do número de famílias? Pouca assistência técnica? Pouco acesso a recursos? A falta da intensificação do trabalho na produção agrícola?
- O aumento da produção, é resultado do desenvolvimento do assentamento ou da intensificação das vendas e arrendamentos/parcerias das terras?
- A redução do número de analfabetos, tem relação com a redução do número de famílias e, portanto, quem saiu/vendeu foram os de menor grau de instrução?
- Qual é o retorno econômico em R\$, que o Assentamento Seival traz ao município de Cruz Alta, pela comercialização de sua produção e pelo consumo no comércio local?
- Qual é a participação das mulheres e jovens no processo produtivo do assentamento?
- O desenvolvimento de uma agricultura baseada nos princípios da agroecologia pode trazer a permanência dos assentados no campo?
- Que políticas podem ser adotadas para diminuir a evasão dos agricultores do assentamento?

Trabalhar com assentamentos, traz sempre debates bem mais profundos do que definir que pacote tecnológico deve ser usado. Trabalhar com assentado é trabalhar com

pessoas de culturas diversificadas. O grande desafio é respeitar estas culturas e ao mesmo tempo impedir que o processo de crescimento o expulse da terra.

Impor a lógica de mercado aos assentados, sem considerar que o recurso/financiamento que é para produção lhe faz falta para matar a fome, é “suicídio”. Precisa sim determinar investimentos que possibilitem o desenvolvimento, mas que respeite as necessidades básicas dos assentados e sua cultura.

Através dos dados obtidos e das referências pesquisadas, pode-se constatar que uma maior efetividade das políticas públicas destinadas ao ambiente rural pode contribuir de forma eficaz para o aumento da equidade social e para a diminuição da pobreza. No estudo verificou-se um aumento no consumo de produtos, fato esse possível pelo aumento de indivíduos por área e também pelo poder aquisitivo oriundo da exploração da terra. Conseqüentemente mais pessoas consumindo e maior retorno em impostos e taxas.

Por outro lado, as dificuldades de implementação porventura encontradas apontam para a necessidade de um maior número de pesquisas, que procurem aprofundar os aspectos aqui estudados, bem como explorar novas questões, teorias ou hipóteses sobre o funcionamento das políticas públicas aplicadas ou não ao assentamento.

Tomando-se o ambiente rural como o elo mais fraco no conjunto das relações sociais, pode-se perceber a necessidade de um aumento, tanto quantitativa quanto qualitativo, da atenção dada a esta área de estudo, o que permitirá a melhoria da atuação do Estado, tendo em vista um maior e mais justo desenvolvimento social.

Bergamasco e Norder (1996), já afirmavam que “em alguns municípios, a importância dos assentamentos é de tal ordem que sua defesa ultrapassa as fronteiras políticas e ideológicas, pois sua dinâmica reflete diretamente no comércio e em toda economia da região”.

O assentamento emerge como a materialização de oportunidades de sustento para famílias que se encontravam fora da estrutura produtiva do mundo rural, tendo a partir da política de Reforma Agrária a ampliação de perspectivas de um sustento familiar resultante do trabalho *na e para a* terra.

A junção de características de agricultura comercial com agricultura familiar possibilitou um desenvolvimento socioeconômico da população do Assentamento, bem como é possível que este desenvolvimento se estenda também para o restante do município, já que a movimentação econômica do mesmo ampliou as atividades comerciais e de serviços.

Através dos dados analisados, observou-se que, embora tenham sido assentadas 70 famílias e atualmente apenas 46 famílias estejam assentadas, a implantação do Assentamento

Seival foi uma política governamental que surtiu efeitos positivos, diversificando as atividades produtivas e, conseqüentemente, promovendo o acesso de um grupo da população a serviços como educação, saúde, lazer e habitação.

## 8 REFERÊNCIAS

ALCANTARA FILHO, J. L.; OLIVERA FONTES, R. M. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil**. Juiz de Fora: UFJF Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 4 Nº 7 Jul-Dez 2009.

ALCANTARA FILHO, J. L. **Análise Exploratória dos fatores determinantes da estrutura Fundiária em Minas Gerais**. Tese, Universidade de Viçosa, MG, 2010.

ALFONSIN, J. T. **Acesso à terra como conteúdo de direitos humanos fundamentais à alimentação e moradia**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

ALMEIDA, J. (org.). **A modernização da agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011

AQUINO, A.N.; ASSIS, R.S.. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura sustentável**. Brasília, Embrapa, 2005.

ASSELIN, V. **Grilagem: Corrupção e violência em terras Carajás**. Petrópolis: Revista dos Tribunais, 1991.

ASSIS, R.L. de; AREZZO, D.C.; ALMEIDA, D.L.; DE-PLLI, H.. **Consumo de Produtos da Agricultura Orgânica no Estado do Rio de Janeiro**. Revista de Administração, v30 n 1, p 84-89, 1995.

BAIOCCHI, M.; FLORÃO, S.R.; ZAMBERLAM, J. **Cruz Alta: As perspectivas do desenvolvimento - um estudo socioeconômico prospectivo**. Cruz Alta, Gráfica Ed. Universitária, 1989.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Estudo preliminar sobre a Reforma Agrária**. RJ, BNDES, 1989.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto de Terras e dá outras providências**. Brasília: 1964.

BRASIL, Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento. **Pesquisa sobre situação de projetos de assentamentos**. Relatório Preliminar. BSB, 1986.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Estatuto da Terra**, 1964. BSB, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Reforma Agrária: compromisso de todos**. Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 1997.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura – trigo e soja**. Vozes, Petrópolis, 1988.

BUBLITZ, J. **Desmatamento Civilizador: a História ambiental da colonização Europeia no RS (1824-1924)**. Brasília, III Encontro da ANPPAS. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA604-01032006-134852.PDF](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA604-01032006-134852.PDF)>. Acesso em 20 set. de 2014.



CARDOSO, F. H.. **“Reforma Agrária”**: compromisso de todos. Folha d São Paulo. São Paulo, 13/04/1997.

COCA, E. L. de F. **Territorialidades Camponesas nos Tipos de Assentamentos Rurais do Território Cantuquiriguaçu**, Estado do Paraná, BRASIL <<http://web.ua.es/revista-geographos-giecryal>> Vol. 4. Nº 48 Ano 2013

CUBAS, T. E. A. **São Paulo agrário: representações da disputa Territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009**. Presidente Prudente: Dissertação de Mestrado. UNESP/FCT/PPGG, 2012.

DATATALUTA - **Banco de Dados da Luta Pela Terra**. Coordenação: FERNANDES, B. M. Presidente Prudente: UNESP/FCT/NERA, 2012.

FERNANDES, B. M., WELCH, C. A. e GONÇALVES, E. C. **Políticas Fundiárias no Brasil. Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: Framingthe Debate Series, 2012, nº 2.

FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária e educação do campo no governo Lula**. Revista Campo Território, agosto de 2012, vol. 7, nº 14, p. 1-23.

\_\_\_\_\_. **Formação e territorialização do MST no Brasil**. In: Carter, M. Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

FLORÃO, S. R. dos S.; ZAMBERLAM, J. **Impacto dos assentamentos na economia de quatro municípios na região de Cruz Alta**. In: GOERGEN, S.A., STÉDILLE, J.P. Assentamentos – a resposta econômica da Reforma Agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

FLORÃO, S. R. e ZAMBERLAM, J. **Assentamento, resposta econômica da pequena propriedade na região de Cruz Alta**. Passo Fundo: Berthier, 1989.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FURTADO, C. **Pequena introdução sobre o desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1989.

\_\_\_\_\_, **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

GABINETE DA REFORMA AGRÁRIA RS. **Conferência Estadual da Reforma Agrária – o uso da terra e o desenvolvimento do Estado**. ZAMBERLAM, Jurandir. Viabilidade Econômica dos assentamentos do Rio Grande do Sul. CORAG, Porto Alegre, 2001.

GEHLEN, I. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural**. São Paulo em Perspectiva, 2004. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/651.pdf>. Acesso em 6 set.2014.

GOMES, A de M. **Fundação e Evolução das Estâncias Serranas**. Cruz Alta, Livraria Liderança, 1966.

GRANZIROLI, C(Coord.). **Principais indicadores sócio econômicos dos assentamentos da Reforma Agrária**. RJ. FAO/PNUD/MARA,1991

GRAZIANO DA SILVA, J. **Reforma Agrária**. Campinas, v. 2,1991.

GRYBOSZBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. “Movimentos populares rurais no Brasil”, In: **A Reforma Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/, 1994.

GUANZIROLI, A et (organizadores) **Reforma Agrária – produção, emprego e renda**. O Relatório da FAO em debate. Petrópolis. Editora Vozes, 1994.

GAIOVICZ, E.F.; SAQUET, M.M. . **Modernização da Agricultura e a Agroecologia UNIOESTE**. Francisco Beltrão, PR, 2003.

GERHARDT, T. E. ; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Editora UFRGS, Porto Alegre, RS ,2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2009 [s.e]

INCRA. **Manual dos assentados e assentadas da Reforma Agrária**. Brasília, 2001.

KAGEYAMA, A.;BERGAMASCO, S.M.P.; OLIVEIRA,J.A.. **Novas possibilidades de pesquisa sobre a agricultura familiar no Brasil a partir do censo de 2006**. Tecnologia e Inovação Agropecuária (Online) v.1 ,p 16-27, 2008.

LEITE, S. “**Impactos regionais da Reforma Agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais**”. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza, Ceará, 1999.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. [et al.]. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília, São Paulo: IICA, Nead: UNESP, 2001.

LEITE, S. (org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2001.

\_\_\_\_\_. “Assentamentos rurais no Brasil: impactos dimensões e significados”. In: **A Reforma Agrária e a luta do MST**. João Pedro Stédile (org.). Petrópolis, RJ, Vozes. 1997.

\_\_\_\_\_. **A Política de Assentamento no Estado de São Paulo**. Araraquara, 1988

MAESTRI, M. **A Aldeia Ausente: índios, caboclos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro**. Disponível em: <<http://www.coptec.org.br/biblioteca/Campesinato%20e%20Reforma%20Agr%20E1ria/Artigos/Mario%20Maestri%20>>. Acesso em 20 ago. 2014.

MERA, C.M. P. de. **A questão agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Junior e Ignácio Rangel**. Disponível em: [www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-)

[Sul/artigos\\_aceitos.html](#)

MIRANDA, M. **Colonização e Reforma Agrária**. Boletim de Geografia ano 5, n.1, mar. UEFM. Maringá

MORISAWA, M. **A História de luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NETTO, C.G.A.M. ;MELO, L.M. ;MAIA, C.M.. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Editora UFRGS, RS, 2010.

OLIVEIRA, A. U. de; STÉDILE, J.P.; AGRÁRIA, Fórum Nacional de Reforma. **O agronegócio x a agricultura familiar e a Reforma Agrária**. Brasília: Secretaria Operativa, 2004.

\_\_\_\_\_. AGRÁRIA, Fórum Nacional de Reforma. **A Natureza do Agronegócio no Brasil**. Brasília: Secretaria Operativa, 2005.

OLIVEIRA, A.U. . **A “não Reforma Agrária” do MDA/INCRA no governo Lula**. Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. CIRADR-FAO, Porto Alegre, RS, 2006.

\_\_\_\_\_, A.U.. **“ A política de reforma agrária no Brasil.”** In: Direitos Humanos no Brasil 2009. Relatório Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo, 2009.

POLINSKI, A.C. ;PINTO, L. B.. **Política Agrária no Brasil**. IV Congresso Paranaense de Assistentes Sociais. Curitiba, PR, 2009.

REYDON, B.; ESCOBAR, H.; BERTO, J. L. **Assentamentos rurais e estratégias de desenvolvimento local no Oeste Catarinense**. Disponível em: < <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php>>. Acesso em 8 set.2014.

ROCHA, H. F. Disputa territorial, conceitualização e atualidade da Reforma Agrária no Brasil. *GeoGraphos*. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 28 de marzo de 2013, vol. 4, nº 50, p. 440-472

ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROMEIRO, A. R. **Renda e Emprego: A Viabilidade e o Sentido da Reforma Agrária**. In GUANZIROLI et. Reforma Agrária – produção, emprego e renda, Petrópolis, Editora Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica de introdução de inovações na agricultura: uma crítica a abordagem neoclássica**. Revista de Economia Política, V 11, São Paulo, 1991.

SAES, D. **A república do capital: Capitalismo e processo político no Brasil**. Editora Boitempo, São Paulo, 2001.

SEMEVARO, G. **A Primavera dos Anos 60. A Geração de Betinho.** São Paulo, Centro João XXIII e Ed. Loyola, 1994.

SILVA, A. J. da. **A política fundiária do Regime militar: Legitimação privilegiada e grilagem especializada (Do instituto de Sesmaria ao Estatuto da Terra).** São Paulo: FFLCH-USP, 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1997.

SILVA, D. L. da. **Do latifúndio ao agronegócio: os adversários do MST no Jornal Sem Terra.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2013.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

SILVA, P. A. O.; RAMOS, P. **Brasil República: As Interpretações acerca da Questão e Reforma Agrária.** IV. Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-graduação, 2012

STÉDILE, J. P. (Org). **A Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS,

\_\_\_\_\_. **A questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500 – 1960.** São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **MST mudou o foco para fazer reforma agrária popular.** 2011. Disponível em [http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_secao=8&id\\_noticia=160044](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=8&id_noticia=160044). Acesso em 20 de outubro 2014.

STÉDILE, J.P. ; FERNANDES, B.M.. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAVARES SANTOS, J. V. **Matuchos: exclusão e luta – do Sul a Amazônia.** Petrópolis, Vozes: 1993.

VIA CAMPESINA. **A Natureza do agronegócio no Brasil.** São Paulo, SP, 2005.

ZAMBERLAM, J; FRONCHETI, A. **Agroecologia – caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente.** Vozes, Petrópolis, 2012.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Ecológica. Preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente.** Rio de Janeiro, ed. Vozes, 2001.

ZAMBERLAM, J. **Pejuçara - centenário da imigração italiana.** Ed. Berthier, 1999.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A.. **Cooperação Agrícola – melhoria econômica ou novo projeto de vida?** Passo Fundo: Berthier, 1992.

ZARTH, P. A. **Historia Agrária Do Planalto Gaúcho 1850-1920.** Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1997.

